

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE  
DOIS MIL E ONZE**

-----Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e onze, pelas 09:30 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

**DOIS** – *Pedido de aprovação do Mapa de Pessoal para 2012;* -----

**TRÊS** – *Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico de 2012;* -----

**QUATRO** – *Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro;* -----

**CINCO** – *Proposta apresentada por um membro da Assembleia Municipal do Grupo PSD/CDS para a criação de um grupo de trabalho a fim de debater a Reforma da Administração Local, no concelho de Alijó.* -----

Na ausência do **PRESIDENTE DA MESA**, o Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, assume o lugar e convida a Membro Estrela Angelina Pinto Rocha para assumir o lugar de Primeira Secretária e a Membro Estela Maria Jesus Teixeira como Segunda Secretária. Assim, dá início aos trabalhos acompanhado pela Primeira Secretária Estrela Angelina Pinto Rocha e pela Segunda Secretária Estela Maria Jesus Teixeira. -----

**PRESIDENTE DA MESA** - Procedeu à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros: João Manuel Gouveia da Costa e Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. Faltou ainda por motivo injustificado o Membro Carlos Filipe Mesquita Gomes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

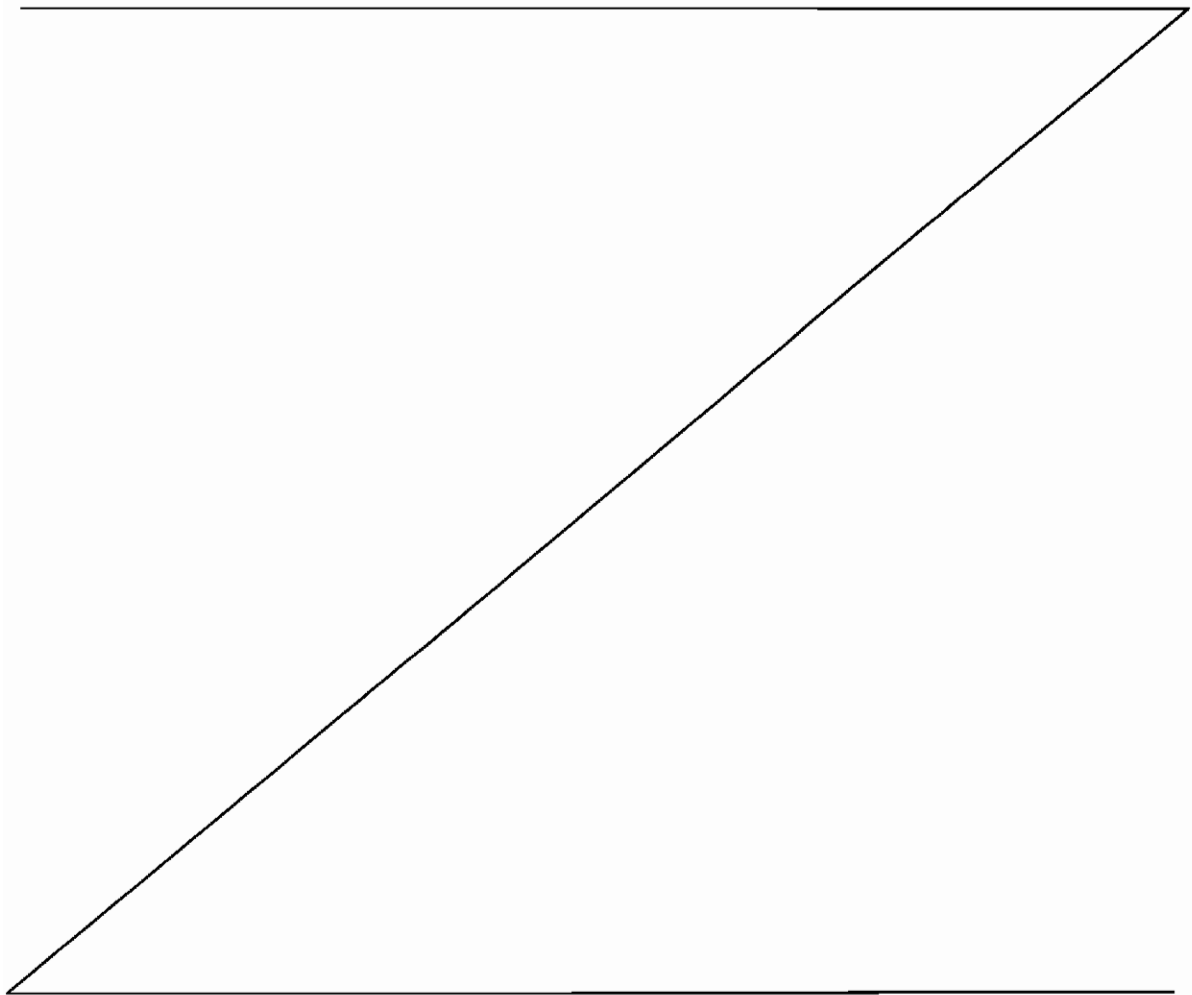
2 mg  
Ezup  
Nan

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca à discussão a Ata da sessão Ordinária do dia 30 de setembro de dois mil e onze, e abre Período de Inscrições tendo-se inscrito o seguinte Membro: ---

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Chama a atenção para a 3.ª linha da página 51, pois apesar de se chamar Pedro Sampaio, acharia mais correto ler-se Pedro Pimentel, uma vez que são os seus dois nomes que têm vindo a ser utilizados na Assembleia Municipal, a fim de não suscitar dúvidas que possam surgir. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que nesse ponto onde se lê Pedro Sampaio, deverá entender-se Pedro Pimentel. Não havendo mais inscrições a mesma foi colocada a votação, sendo aprovada por maioria de votos, com 24 votos a favor e 05 abstenções. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida, que a seguir se transcreve: -----



*me  
f  
f*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
ALIJÓ  
SALA DE ATIVIDADES  
ALIJÓ  
301 91 24

Exma. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Alijó

Alijó, 29 de Setembro de 2011.

Assunto: comunicação de alteração de residência.

Márcio Miguel Monteiro Ribeiro, membro da Assembleia municipal de Alijó na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Ribalonga, vem comunicar, para os efeitos legalmente previstos, que a sua morada foi alterada, residindo actualmente na Urbanização Quinta da Lareda, Lote 3, 6.º B, 5000-119 Vila Real.

Neste contexto, requer que a futura correspondência seja remetida para a aludida morada.

Sem outro assunto, subscrevo-me com elevada estima e consideração e rogo a V. Ex.ª o favor de aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

O membro da Assembleia Municipal,

  
\_\_\_\_\_  
(Márcio Ribeiro)

*mg  
Gouveia  
Costa*

*Casa Civil do Presidente da República*

*Exmo. Senhor  
Eng. João Manuel Gouveia da Costa  
em 20.10.11*

Exmo. Senhor  
Eng. João Manuel Gouveia da Costa  
Presidente da Assembleia Municipal de  
Alijó  
Rua General Pedrosa, 13  
5070-051 ALIJÓ

Exmo. Senhor, *Presidente*

Encarrega-me o Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República de acusar a recepção e agradecer o envio da Moção aprovada na Sessão de 30 de Setembro pela Assembleia Municipal de Alijó, a que V. Exa. preside.

Com os melhores cumprimentos, *e considerações*

*Jose Luis Fernandes*

José Luís Fernandes

Assessoria para os Assuntos Políticos

17 10 11 06450

mg  
pau  
pau

2011.12.30  
15  
2011.12.30



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
*Secretaria de Ministros Adjuntos e do Gabinete Interministerial*

Os municípios desempenham um papel central na vida democrática do nosso país. Ao longo dos tempos, e em diferentes circunstâncias históricas, políticas e sociais, os municípios sempre souberam assumir-se como elementos decisivos na definição e execução de políticas públicas num quadro de progressiva proximidade com as suas populações e, não menos importante, como estruturas de referência na prestação de serviços públicos de qualidade em domínios que se foram revelando cada vez mais diversificados.

Tudo isso constitui um património que o Governo quer salvaguardar e pretende potenciar.

A reorganização administrativa do território português constitui uma condição essencial ao reforço das atribuições, das competências e dos meios das autarquias locais. Num tempo em que, como todos sabemos, Portugal atravessa uma difícil situação económico-financeira, apenas um exercício de união de esforços e de congregação de vontades poderá permitir a manutenção da prestação de serviços públicos de qualidade e de proximidade às populações como um objectivo realista e atingível. Por isso tudo, é tão importante a reorganização do mapa administrativo das nossas freguesias.

Numa inequívoca demonstração de transparência e de humildade democrática, o Governo colocou em discussão pública o *Documento Verde da Reforma da Administração Local*. No *Documento Verde* está inscrito um conjunto de princípios e critérios orientadores da reforma da administração local cuja concretização efectiva e aplicação prática reivindicam dos autarcas e das populações o empenho indispensável para que possam de facto traduzir-se em soluções adequadas às realidades históricas, socioeconómicas e culturais da área geográfica do município em causa e, simultaneamente, capazes de criar ganhos de escala e de dimensão que possam capacitar as freguesias para a concreta prestação de serviços públicos de qualidade às respectivas populações. Enquanto princípios e critérios orientadores do trabalho dos municípios e das freguesias no âmbito da reforma da organização do território, os mesmos estão aptos a viabilizar as diferentes soluções administrativas e configurações territoriais resultado daquele trabalho. A constituição de grupos de trabalho que procurem perspectivar e propor uma reconfiguração do território susceptível de permitir a definição e a



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
*Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares*

colocação no terreno de um novo modelo de desenvolvimento económico-social virado para a coesão territorial, o empreendedorismo, a criação de emprego e a materialmente sólida prestação de serviços públicos de proximidade às populações será, seguramente, uma via a considerar. A palavra está dada, como dissemos, aos autarcas e às populações.

Estamos seguros que o(a) Senhor(a) Presidente da Assembleia Municipal, conjuntamente com os demais órgãos autárquicos de município e de freguesia, contribuirá para esta reforma na exacta medida do reconhecimento da mesma como meio ao serviço da consolidação da autonomia das autarquias locais e como etapa nuclear no sentido de uma continuada descentralização de políticas e de meios para as autarquias locais.

Do Governo, sabe o(a) Senhor(a) Presidente, conta sempre com toda a colaboração.

Lisboa, 17 de Outubro de 2011

(Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares)

(Secretário de Estado da Administração local e da Reforma Administrativa)

6  
*Manuel Marques*  
*Daniel F. Silva*



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Primeiro Ministro

Of. N.º 6106  
Data: 20-10-2011

E.N.º 6256  
P.N.º A.25.01.03.01.1 - 4387/2011

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
ALIJÓ  
16  
22.10.2011

7  
*Handwritten signature*

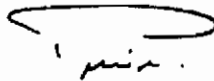
Exmo. Senhor  
Eng.º João Manuel Gouveia da Costa  
Presidente da Assembleia Municipal do  
Município de Alijó  
Rua General Alves Pedrosa, 13  
5070-051 Alijó

Encarrega-me o Senhor Primeiro Ministro de agradecer a vossa carta de 03 de Outubro passado.

Aproveitamos para transmitir que a mesma foi remetida, nesta data, ao Ministério da Economia e Emprego, a fim de se dar o adequado acompanhamento ao assunto.

Com os melhores cumprimentos,

P'O Chefe do Gabinete



Paula Pereira  
(Adjunta)

Grupo Parlamentar



CDS-PP

AMAR...  
ENTRADA  
N.º...  
em 21/10/2011

8  
*Handwritten signature*

Ex.mo Senhor *Município*  
Presidente da Assembleia do Município de Alijó  
Rua General Abreu Pedrosa, 13  
8070-001 ALIJÓ

OP/0000/2011/1ª e 2ª

Vossa Ref.º 7

Data Ref.º 08-10-2011

Ex.mo Senhor,

Venho, pela presente, acusar a recepção do ofício acima referenciado, datado do dia 3 do corrente mês de Outubro, que mereceu a nossa melhor atenção e que muito agradecemos.

Para os devidos efeitos, cumpre-me informar V. Ex.ª que o mesmo foi apresentado aos nossos Deputados que integram as Comissões Parlamentares de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e Economia e Obras Públicas, a quem o assunto diz respeito mais directamente.

Apresento a V.Ex.ª os melhores cumprimentos.

Lisboa e Palácio de S. Bento, 20 de Outubro de 2011

A Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar

(Mariana Freire de Andrade)





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ  
RECEBIDA  
N.º 223/2011  
31.10.2011

*Handwritten signature: José Manuel Gouveia de Costa*

Exmo. Senhor  
Eng.º José Manuel Gouveia de Costa  
Presidente da Assembleia Municipal  
De Alijó  
Rua General Alves Pedrosa, 13  
5070-061 Alijó

N.º Ref. GAB/223/XII  
Lisboa, 20 de Outubro de 2011

Assunto: Moção

Exmo. Senhor

Encarrega-me o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD de acusar e recepção e agradecer o envio da Moção " Contra pagamento de Portagens na A24 e A4.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete

*Handwritten signature of António Luis Romano de Castro*  
(António Luis Romano de Castro)

*my  
Contr-  
Fugor*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ  
N.º 19  
2011



**Exma. Senhor  
Presidente da Assembleia da Assembleia  
Municipal de Alijó  
Rua General Alves Pedrosa, 13  
5070-051 Alijó**

Sua referência	Nossa referência	Data
Of. N.º 7	1896	28/10/2011

**Assunto : "Moção: Contra o pagamento de Portagens na A24 e A4"**

Encarrega-me o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Prof. Carlos Zorrinho, de acusar a recepção e agradecer o envio do documento referido em epígrafe.

Mais informo que o mesmo foi encaminhado para os Deputados do PS, eleitos pelo Círculo de Vila Real, para conhecimento e demais efeitos tidos por convenientes.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete



(Nuno Ferreira da Silva)

11  
*Luís Campos Ferreira*



**COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

*GAZDINHA*  
*ES 10 15 11*  
*13.11.2011*

**ERMO SENHOR**  
Presidente da Assembleia Municipal de Aljô  
R. General Alves Pedrosa, 13  
9070-051 Aljô

N/Ref: ZS1/CEOP

Data: 09 de Novembro de 2011

**ASSUNTO: Moção – Contra o Pagamento de Portagens na A24 e A4**

Venho pelo presente acusar a recepção e agradecer o envio da moção sobre o assunto em epígrafe, que endereçou à Senhora Presidente da Assembleia da República, que a fez baixar a esta Comissão.

Informo ainda que a referida moção foi distribuída aos Senhores Deputados da Comissão, para conhecimento.

Com os meus melhores cumprimentos,

*Luís Campos Ferreira*

**Luís Campos Ferreira**  
Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ  
12 DE DEZEMBRO DE 2011  
2011.12.30

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alijó,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alijó,

**PROPOSTA:**

**Criação de um grupo de trabalho para debater a Reforma da Administração Local no concelho de Alijó**

Tendo em conta a proposta do Governo que visa a Reforma da Administração Local, onde se aponta para uma mudança estrutural e estratégica da administração local autárquica através de reformas de gestão, território e política, parece-me de suprema importância que este assunto seja discutido e trabalhado cautelosamente, já que é o futuro do concelho que está em causa. Sendo certo que o espaço temporal para discussão e apresentação de propostas é extremamente curto, torna-se urgente debater este assunto de forma a criar um quadro o mais consensual possível.

Assim, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, venho propor a vossas Ex.ªs a criação de um Grupo de Trabalho para analisar e discutir as linhas orientadoras do Documento Verde da Reforma da Administração Local, antecipando pontos de debate e procurando consensos, e nesse sentido apresentar um parecer sobre esta temática, com soluções concretas, tendo em atenção o novo enquadramento jurídico-administrativo.

Este Grupo de Trabalho seria composto pelos seguintes elementos:

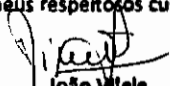
Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, um Vereador do Executivo Permanente, um Vereador da Oposição, e dois dos membros eleitos directamente de cada grupo presente na Assembleia Municipal.

O grupo de trabalho terá como funções analisar, debater, servir de ponte para os eleitos das freguesias e, acima de tudo, apresentar propostas que vão ao encontro dos anseios dos autarcas e populações. Culminando com a apresentação de um parecer em forma de proposta que será exposto à Assembleia Municipal.

Mediante os factos supra mencionados, proponho a criação do Grupo de Trabalho com a máxima brevidade possível, de forma a que o mesmo possa iniciar os trabalhos o quanto antes.

Se entenderem não ser possível pô-lo em prática antes da próxima sessão da Assembleia Municipal, então solicito a inclusão desta proposta na ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.

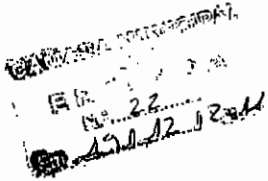
Com os meus respeitosos cumprimentos,



João Vilela  
MEMBRO DA GRUPO PSD/CDS  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ



SECRETÁRIO DE ESTADO  
DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

*Handwritten signature and date: 13*

Assembleia Municipal de Alijó  
Exmo. Senhor Presidente  
Rua General Alves Pedrosa, 13  
5070-051 Alijó

V/ Referência	Data V/ Referência	Nossa Referência	Data
	03 Outubro 2011	Reg. 12896	

Assunto: **MOÇÃO CONTRA O PAGAMENTO DE PORTAGENS NA A24**

Fazemos referência à missiva de V. Exa., dirigida ao Senhor Primeiro Ministro em 3 de Outubro de 2011, cujo conteúdo mereceu a nossa melhor atenção e cuidada análise.

Como é sabido, a introdução de portagens em auto-estradas onde vigorava o regime sem custos para o utilizador (SCUT) teve início com a publicação do Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho, complementado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2010, de 22 de Setembro, e pela Portaria n.º 1033-A/2010, de 6 de Outubro, o qual sujeitou ao regime de cobrança de taxas de portagem os utilizadores de determinados lanços e sublanços das concessões SCUT Costa de Prata, do Grande Porto e do Norte Litoral.

Na linha do que aconteceu com as concessões anteriormente referidas e tal como previsto no Programa do XIX Governo Constitucional, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111/2011 a extensão do regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores das concessões SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta, em linha com os princípios da universalidade e do utilizador pagador por forma a garantir uma maior equidade e justiça social.

Foi, contudo, garantido relativamente a todas as Concessões SCUT a adopção de um regime de discriminação positiva temporário, na cobrança de taxas de portagem, às populações e empresas locais, através da criação de um sistema misto de isenções e descontos.

1/2

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações  
Rua da Horta Séca, n.º 15, 1200-221 Lisboa, PORTUGAL  
TEL + 351 21 324 54 75 FAX + 351 21 324 54 90 EMAIL seopic@mee.gov.pt www.portugal.gov.pt

14  
*Handwritten signature*

Desde já agradecendo por nos fazer chegar as v/ preocupações, subscrevo-me com os mais cordiais cumprimentos.

O Chefe de Gabinete

*Carlos Lopes*  
Carlos Lopes



*JMG<sup>16</sup>*  
*Fern*  
*Ferreira*



FREGUESIA DE ALIJÓ  
Rua Dr. Henrique Pereira, nº19  
5070-046 ALIJÓ

RECEBIMOS  
Em 23 de Dezembro de 2011  
n.º 28/2011

Exmo. Sr.  
Presidente da Assembleia Municipal de Alijó  
Rua General Alves Pedrosa, nº 13  
5070 – 051 Alijó

V/Ref.	V/Data	N/Ref.	Data
		31/2011	27/12/2011

Assunto: Reforma da Administração Local

A freguesia de Alijó, vem por este meio informar V. Ex. da deliberação e votação por unanimidade, do Executivo e da Assembleia de Freguesia sobre a Reforma da Administração Local.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente

*Alípio Almeida Alves*  
Alípio Almeida Alves



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

16  
my  
Ferreira  
Ferreira



FREGUESIA DE ALIJÓ  
Rua Dr. Henrique Pereira, nº19  
5070-046 ALIJÓ

Reforma Administração Local

A extinção ou fusão das freguesias tem sido nos últimos tempos, motivo de grande discussão política a nível Nacional e Local.

Após profunda reflexão sobre a extinção ou fusão da Freguesia de Alijó, o seu executivo contesta o denominado "Documento Verde" também conhecido pelos Presidentes de Junta como o "Documento Negro", por este poder ser a morte ou uma enorme machadada no poder local.

A nossa Junta de Freguesia apesar de todas as dificuldades é uma entidade presente, com a qual as pessoas podem contar, sendo o primeiro porto de abrigo a todos os habitantes da nossa freguesia. Também é sabido que a actividade desenvolvida pelas freguesias tem um retorno de investimento de um para quatro, resultado de um estudo promovido a nível Nacional.

Existe um trabalho sério, profundo, empenhado e de total congregação de esforços entre nós, Junta e as Instituições culturais, desportivas, escolares, religiosas e recreativas de toda a Freguesia. A freguesia é o maior elo de ligação e um elemento estimulador entre o povo e o poder autárquico. É o executivo da nossa freguesia que escuta, informa e executa resolvendo todos os problemas que lhe são propostos pelos eleitores.

Por consequência do que é proposto, consideramos que avançar para a extinção de freguesias e conseqüente fusão ou agregação, irá reemergir, conflitos e rivalidades históricas, ainda enraizadas entre as nossas gentes. Não podem extinguir a nossa história, a nossa identidade e toponímica. Não queremos ser vítimas de uma lei desajustada e descontextualizada que conduzirá o interior, como é o nosso caso, seja ainda mais esquecido, mais abandonado, mais remetido à sua interioridade, acentuando desta forma a sua já enorme desertificação.

Consideramos esta medida injusta, discriminatória e errada. O executivo desta freguesia rejeita claramente esta reforma e o "Documento Verde" tendo em conta que estes não preconizam um modelo adequado à realidade social da nossa freguesia, não respeitando a vontade dos Alijoenses.

Somos contra esta medida, contra a reforma da Administração Local.

Alijó, 23 de Novembro de 2011  
Manuel António dos Santos  
Presidente da Assembleia da Freguesia



17  
*Handwritten signature*



FREGUESIA DE ALIJÓ  
Rua Dr. Henrique Pereira, nº19  
5070-046 ALIJÓ

### Reforma Administração Local

A extinção ou fusão das freguesias tem sido nos últimos tempos, motivo de grande discussão política a nível Nacional e Local.

Após profunda reflexão sobre a extinção ou fusão da freguesia de Alijó, o seu executivo contesta o denominado "Documento Verde" também conhecido pelos Presidentes de Junta como o "Documento Negro", por este poder ser a morte ou uma enorme machadada no poder local.

A nossa Junta de Freguesia apesar de todas as dificuldades é uma entidade presente, com a qual as pessoas podem contar, sendo o primeiro porto de abrigo a todos os habitantes da nossa freguesia. Também é sabido que a actividade desenvolvida pelas freguesias tem um retorno de investimento de um para quatro, resultado de um estudo promovido a nível Nacional.

Existe um trabalho sério, profundo, empenhado e de total congregação de esforços entre nós, Junta e as instituições culturais, desportivas, escolares, religiosas e recreativas de toda a Freguesia. A freguesia é o maior elo de ligação e um elemento estimulador entre o povo e o poder autárquico. É o executivo da nossa freguesia que escuta, informa e executa resolvendo todos os problemas que lhe são propostos pelos eleitores.

Por consequência do que é proposto, consideramos que avançar para a extinção de freguesias e conseqüente fusão ou agregação, irá reemergir, conflitos e rivalidades históricas, ainda enraizadas entre as nossas gentes. Não podem extinguir a nossa história, a nossa identidade e toponímica. Não queremos ser vítimas de uma lei desajustada e descontextualizada que conduzirá o interior, como é o nosso caso, seja ainda mais esquecido, mais abandonado, mais remetido à sua interioridade, acentuando desta forma a sua já enorme desertificação.

Consideramos esta medida injusta, discriminatória e errada. O executivo desta freguesia rejeita claramente esta reforma e o "Documento Verde" tendo em conta que estes não preconizam um modelo adequado à realidade social da nossa freguesia, não respeitando a vontade dos Alijoenses.

Somos contra esta medida, contra a actual reforma da Administração Local.

Alijó, 30 de Novembro de 2011.

Presidente da Junta de Freguesia  
*Handwritten signature*

my<sup>18</sup>  
F. Santos  
F. Santos

Deu ainda conhecimento do ofício da Assembleia de Freguesia de Sanfins do Douro, entregue em mão na presente sessão, que a seguir se transcreve: -----



Junta de Freguesia de Sanfins do Douro  
Largo dos Bombeiros  
5070-358 Sanfins do Douro  
Tel. 259 686119

ER  
2nd

Senhor  
Presidente da República  
Presidente da Assembleia da República  
Primeiro Ministro  
Presidentes dos Grupos Parlamentares e  
Presidente da Câmara Municipal Alijó

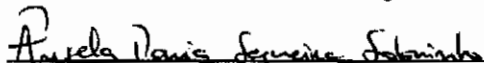
Sua referência	Sua Comunicação	Nossa Referência	Data:
		Ofício n.º 6	2011/11/16
Assunto: "Reforma da Administração Local"			

Excelência:

Para conhecimento de Vossa Excelência e efeitos convenientes, tenho a honra de enviar fotocópia da proposta subscrita pela Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade de votos dos membros presentes (8 presenças dos 9 elementos que compõem a Assembleia de Freguesia), em sessão extraordinária desta Assembleia de Freguesia, realizada no dia 14 de Novembro de 2011.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente da Assembleia de Freguesia,

  
Dr.ª Angela Maria Sequeira Sobrinho



Junta de Freguesia de Sanfins do Douro  
Largo dos Bombeiros  
5070-358 Sanfins do Douro  
Tel./Fax - 259 686119

Proposta de deliberação para a reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Sanfins do Douro.

#### Reforma da Administração Local

Tendo como cenário a atual conjuntura económica e no âmbito do acordo assinado com a Troika, o Governo de coligação PSD/CDS-PP que gere os destinos do País, pretende levar a efeito uma reestruturação da Administração Local.

Recentemente apresentou o "Documento Verde da Reforma da Administração Local" e da aplicação dos critérios nele contidos, em estudo realizado pela ANAFRE, resultou um processo verdadeiramente demolidor para a organização territorial tal como agora a conhecemos, chamando a atenção de todos os portugueses em geral e dos portugueses que vivem no interior em particular, para a dura realidade de sempre: Alguém em Lisboa, com uma régua e um esquadro, pretende realizar uma reforma sem conhecer a fundo o território que quer moldar, sem ter em atenção as especificidades locais, regionais, nem a história, nem as tradições de Municípios e Freguesias.

Da aplicação dos critérios do Governo resulta o posicionamento da Freguesia de Sanfins do Douro como freguesia a "Agregar" ou "Extinguir"!

Perante tal possibilidade, profundamente injusta, incompreensível, absurda e inaceitável a Assembleia de Freguesia de Sanfins do Douro manifesta o seu mais profundo repúdio pela intenção do Governo em Agregar/Extinguir a Freguesia de Sanfins do Douro.

my  
20  
fau  
fau

md. fasil  
R

Assim,

Considerando que a verdadeira reforma da coesão territorial deveria começar pela Regionalização;

Considerando que a agregação de Freguesias acabará por ter um efeito residual nas finanças públicas;

Considerando que a Agregação/Extinção das Freguesias não tem em linha de conta as especificidades sociológicas, culturais e históricas das mesmas, trazendo pior serviço público e desinteresse pela participação na democracia local;

Considerando que a Agregação/Extinção da Freguesia de Sanfins do Douro também acarretará a extinção de outros serviços como os CTT, Extensão de Saúde, Escolas, entre outros, pondo em causa o conjunto de apoios agora prestados à população;

Rejeitamos liminarmente a possibilidade de a Troika e o Governo pretendem impor uma reorganização territorial, sem primeiro darem a possibilidade às Instituições Locais e às suas populações de sugerirem outra reforma.

Repudiamos a leviandade dos nossos governantes, que ao abrigo de critérios cozinhados na capital terem aberto a possibilidade de Agregar ou Extinguir a Freguesia de Sanfins do Douro, denotando um profundo desconhecimento das realidades locais bem como uma enorme falta de respeito pela História e pela Memória de Sanfins do Douro.

Rejeitamos qualquer tentativa de desculpabilização deste ataque inesperado por parte dos decisores políticos da governação que ignorando o fundamental conhecimento do território e das populações que os elegeram, permitiram que se fizesse esta discussão humilhante para a segunda maior Freguesia do Concelho de Alijó que é Sanfins do Douro.

Pelo exposto, enviaremos este documento às entidades diretamente relacionadas com a reorganização territorial, para que tenham em consideração as especificidades da Freguesia de Sanfins do Douro, apelando para que tenham o bom senso de deixar os Municípios, juntamente com as

my  
27  
Freguesia

md. fasil  
ER

Freguesias e as suas populações, organizar e reestruturar o seu mapa autárquico, pois são aqueles que melhor conhecem a sua região.

Pretendemos ainda levar a cabo algumas medidas simbólicas de luta, como hastear a bandeira da Freguesia a meia haste e colocar bandeiras e faixas negras de forma a demonstrar inequivocamente a nossa determinação em não permitir que a Freguesia de Sanfins do Douro possa ser utilizada como joguete de uma reforma unilateral, e inconsequente na mais abusiva falta de respeito por todos os Sanfinenses que tanto enobreceram este território.

Sanfins do Douro, 27 de Outubro de 2011

A Presidente

Ana Conceição Esteves Coimbra Sousa

O Secretário

Pedro Manuel Afonso do Carmo Pinto

O Tesoureiro

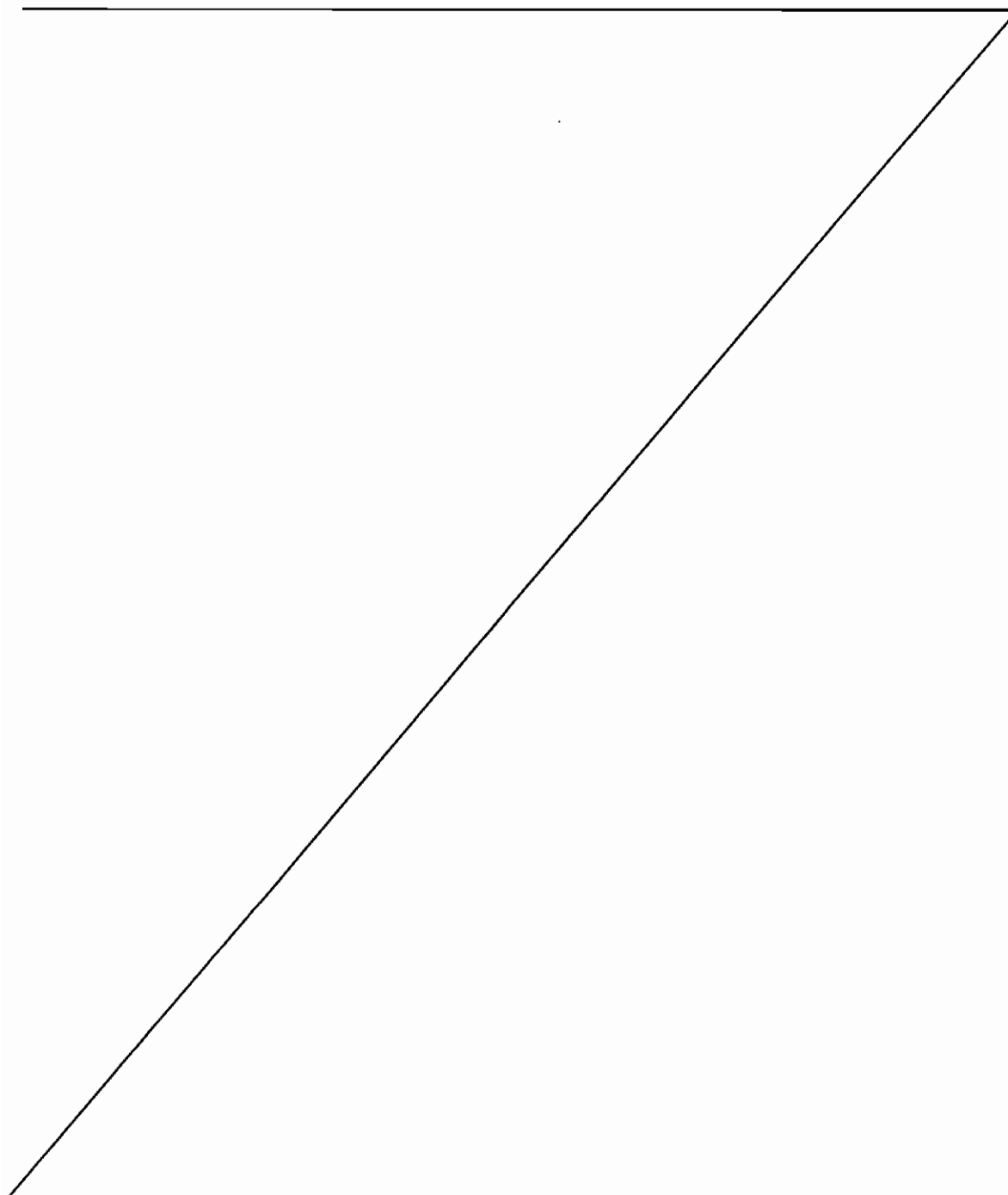
Hário Jorge Cruz Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

M  
F  
F

**PRESIDENTE DA MESA:** Dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, e introduz o *Ponto Um* "Exposição do Senhor Presidente da Câmara" (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). -----



## EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a atividade do Município respeitante aos meses de setembro (segunda quinzena), outubro, novembro e dezembro (primeira quinzena) de 2011.

### 1 – Situação Financeira da Autarquia

À data da presente informação, a Câmara de Alijó tem em dívida a fornecedores sensivelmente de 7,8 milhões de euros.

Desta dívida, que engloba dívida corrente e dívida de investimento, a dívida a fornecedores de imobilizado (investimento) representa cerca de 45%.

Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais, encontrando-se em dívida cerca de 15,3 milhões de euros.

A dívida a entidades financeiras, resultantes de acordos de pagamento entre o Município e os empreiteiros, provenientes de acordos de factoring celebrados pelos empreiteiros está a ser paga mensalmente de acordo com os planos de pagamento.

### 2 – Atividade do Município

#### A – Atividade administrativa e de prestação de serviços

Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afetos, encaminhando os cidadãos para os serviços respetivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei.

#### B – Atividade cultural e desportiva

##### a – Atividade cultural

##### **Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
setembro*	3	113
outubro	7	255
novembro	29	282
dezembro**	1	119

\* A partir do dia 14 (inclusive)

\*\* Até ao dia 15 (inclusive)

##### **Biblioteca Itinerante**

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
setembro**	0
outubro**	0
novembro	702
dezembro*	276



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

\* A partir do dia 15 (inclusive).

\*\* A Biblioteca Itinerante esteve parada

**Atividades Realizadas:\***

· “Nós vamos lá!”, leitura ao domicílio.

· “A festa das palavras”

· “A Saquinha da flor”

· “Olho vivo, orelha fita...”

\*Referentes a outubro, novembro, e dezembro.

### Auditório Municipal

#### Ações Pagas

<b>Harry Potter e os Talismãs da Morte</b>	Filme	3	49	<b>Setembro</b>
<b>Ana Lains</b>	Fado	1	89	
<b>Carros 2</b>	Filme	3	31	<b>Outubro</b>
<b>A Boda dos Pequenos Burgueses</b>	Teatro	1	47	
<b>A melhor Despedida de Solteira</b>	Filme	2	25	
<b>Super 8</b>	Filme	2	13	
<b>Planeta dos Macacos</b>	Filme	2	15	
<b>Panda Do Kung Fu 2</b>	Filme	3	41	<b>Novembro</b>
<b>Killer Elite - Confronto</b>	Filme	2	3	
<b>O Regresso de Johnny English</b>	Filme	3	82	
<b>Identidade Secreta</b>	Filme	3	18	<b>Dezembro</b>
<b>Os Três Mosqueteiros</b>	Filme	2	11	
<b>Momento De Natal</b>	Dança	1	206	
<b>As Aventuras De Tintin</b>	Filme	2	42	

*mg*  
*24*  
*faup*





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Ações gratuitas

*[Handwritten signature]*  
28

Stylelevel School	Castings	1	150
Educação + Financeira	Exposição Itinerante	3	387
Educação + Financeira	Conferência	1	112
2º Aniversário Do Rancho "O Plátano" de Alijó	Dança	1	125
Assembleia Partido Socialista do Concelho	Reunião	1	80
Reunião Geral de Viticultores	Reunião	1	210
Festa de Natal para as Escolas	Filme	1	237
Festa de Natal para as Escolas	Filme	1	231
Festa de Natal para as Escolas	Filme	1	121
Concerto de Natal da Escola D. Sancho II	Música	1	252
Festa de Natal da Escola EB1 DE Alijó	Teatro	1	250
Reunião da Adega Cooperativa de Alijó	Reunião	1	100

#### Espaço Internet

##### Setembro

Total Utilizadores	Média de idades
673	21.9

- A partir do 12 de setembro

##### Outubro

Total Utilizadores	Média de idades
788	23.5

##### Novembro

Total Utilizadores	Média de idades
755	22.4

## Dezembro

Total Utilizadores	Média de idades
382	21.6

- Até ao dia 18

## b – Atividade desportiva

### Atividades de carácter contínuo

Escola de Natação – continuação das atividades da Escola está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 18 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Atividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das sua capacidades coordenativas e condicionais.

Hidroginástica – Uma atividade de sucesso. É uma atividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água.

Atividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada, Pilates e Fitnesscombat. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de atividade física "indoor" realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente.

### -Piscinas Municipais

#### Entradas no Complexo para utilização da Piscina

#### Outubro 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	728
Hidroginástica	384
Atividades de Academia	88
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	480
Lazer	118
<b>TOTAL</b>	<b>1798 Entradas</b>

#### Novembro 2011

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	760
Hidroginástica	504
Atividades de Academia	224
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	821
Lazer	139
<b>TOTAL</b>	<b>2448 Entradas</b>



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*JMC*  
*27*  
*Paço*

**De 01 a 15 de dezembro 2011**

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	300
Hidroginástica	180
Atividades de Academia	68
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	345
Lazer	65
<b>TOTAL</b>	<b>958 Entradas</b>

**-Pavilhão Municipal**

**Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão**

**Outubro 2011**

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1346
A. Marciais	78
Basquetebol	68
Futsal	250
<b>TOTAL</b>	<b>Entradas 1742</b>

**Novembro 2011**

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	1300
A. Marciais	59
Basquetebol	87
Futsal	340
<b>TOTAL</b>	<b>Entradas 1786</b>

**De 01 a 15 de dezembro 2011**

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	579
A. Marciais	35
Basquetebol	47
Futsal	80
<b>TOTAL</b>	<b>Entradas 741</b>

**-Piscinas Municipais**

**Entradas no Complexo para utilização da Piscina**

<b>Julho 2011</b>	Nº de Entradas
Lazer	5034



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*MC*  
*28*  
*Fupor*

<b>Agosto 2011</b> Lazer	<b>Nº de Entradas</b>
	7682

<b>01 a 18 de setembro 2011</b> Lazer	<b>Nº de Entradas</b>
	459

<b>Nº Total de Entradas</b>	<b>13175</b>
-----------------------------	--------------

### c – Posto de Turismo

#### Setembro

65 Portugal
18 França
15 Inglaterra
02 Estados Unidos
07 Espanha
18 Alemanha
10 Holanda
04 E.U.A.
03 Brasil
02 Austrália
04 Canadá
02 Escócia
01 Rússia
<b>Total: 149</b>

- Prestação de informação turística documental.
- Preparação e organização de programas turísticos para grupos que visitam a região.

#### Outubro

261 Portugal
09 França
08 Inglaterra
13 Espanha
02 Alemanha
02 Holanda
02 E.U.A.
06 Brasil
02 Bélgica
02 Canadá
03 China
01 México
01 Malásia
<b>Total: 312</b>

- Prestação de informação turística documental.
- Preparação e organização de programas turísticos para grupos que visitam a região.

### Novembro

13 Portugal
02 França
02 Espanha
01 Holanda
02 Brasil
01 Casaquistão
<b>Total: 21</b>

- Prestação de informação turística documental.

### Dezembro até à data de 16.12.2011

10 Portugal
02 Letónia
<b>Total: 12</b>

- Prestação de informação turística documental.

### d – Gabinete de Arqueologia

A presente exposição descreve as atividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia no trimestre supramencionado. Nesta, integram-se todas as ações de preservação, valorização, proteção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o Concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, nomeadamente, o histórico, arqueológico, arquitetónico, lingüístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social e técnico.

#### *Ações fundamentais do Gabinete de Arqueologia:*

Conceção e execução de uma visita técnica e pedagógica guiada, dirigida a um grupo interessado em conhecer o passado concelhio pelo segundo ano consecutivo, a saber:

- Dia 2 de outubro (Associação dos Amigos dos Castelos, oriundos de Lisboa);

Análise e consequente resposta via correio eletrónico a diversos pedidos individuais e de entidades empresariais, relativos ao património histórico e arqueológico exumado neste concelho, a título de exemplo: Empresa Sortegel - Produtos Congelados, S.A., com o intuito de os ajudar a reunir informação relativa aos Municípios de Trás-os-Montes e na construção do Website. Este Website pode já ser consultado em: <http://quiadetrasosmontes.com>.

Cooperação com o Centro Nacional de Cultura, a pedido do Turismo de Portugal, relativo à criação de "Roteiros do Património Mundial na Zona Norte de Portugal". Serão 3 os roteiros dedicados: Centro Histórico de Guimarães, do Porto e à Região do Douro/Coa. Neste último será feito um destaque sobre Alijó.

Manutenção dos Painéis Explicativos junto dos Arqueossítios do Concelho de Alijó. Pretendeu-se ao desenvolver estes trabalhos de preservação/manutenção salvaguardar os valores patrimoniais do Concelho de Alijó, evitando que estes sejam destruídos pelo desconhecimento humano do valor patrimonial. Esta ação consistiu essencialmente no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature and date: 30*

restauração/conservação dos painéis localizados no exterior, através da aplicação de produtos específicos de proteção e salvaguarda contra agentes climatéricos/erosivos externos;

Na sequência do objetivo descrito no ponto 2. (*Objetivo 1*) da minha Avaliação de Desempenho, entrega de cinco propostas de classificação de projetos de âmbito patrimonial relevantes para o Concelho de Alijó, nomeadamente no campo do património edificado. Este trabalho consistiu inicialmente na identificação patrimonial no terreno e posteriormente na instrução dos "Processos de Classificação de Imóveis como de Interesse Municipal", tendo em vista a salvaguarda, proteção e divulgação dos mesmos como bens públicos e de fruição geral, de modo a que num futuro próximo sejam considerados por todos como bens patrimoniais identitários ligados a uma aldeia, vila e região transmontano/duriense;

Cooperação com o Departamento de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, através de duas visitas à Freguesia do Amieiro, onde foi efetuada uma avaliação prévia do risco de queda/desmoronamento de um bloco granítico assente num afloramento rochoso aí localizado e na proximidade de áreas habitacionais. Posteriormente e tendo sempre em vista o planeamento de uma intervenção sustentável, foi entregue via email um relatório técnico ao Município de Alijó, realizado pelo departamento em questão, onde se explica de forma clara e sucinta a metodologia a ter em conta nas respetivas intervenções futuras;

Colaboração no projeto do "Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaios" (acompanhamento das obras em curso e participação em diversas reuniões, agilização dos processos internos e externos e fornecimento de conteúdos específicos patrimoniais, com vista à conceção de uma plataforma digital concelhia);

Divulgação contínua do concelho de Alijó em termos patrimoniais e culturais, através do envio de imagens para a ferramenta Web on-line "Panoramio" que, por sua vez, permite em interligação com o software Google Earth, a visualização de imagens "in loco" dos bens patrimoniais georreferenciados. Ex: Capelas, Igrejas, Fontes, Chafarizes, Pelourinhos, Miradouros, Espigueiros, Cruzeiros e Eiras, entre outro património exumado no Concelho de Alijó;

Disponibilização dos serviços municipais de história e arqueologia, tendo em vista a dinamização da produção local e divulgação de um produto de cariz regional, como sendo o mel. Este (mel), por sua vez é produzido por um munícipe oriundo da Freguesia do Pópulo que pretendeu valorizar o "Mel/Castro do Pópulo" através da inserção gráfica do arqueossítio nos rótulos dos frascos, associando assim o local (Pópulo) deste produto de excelência, com um arqueossítio de destaque que se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1997;

Continuação da realocização dos arqueossítios no concelho de Alijó através da atualização da ficha de sítio arqueológico, por ex.º pela deteção no terreno de possíveis ameaças à integridade do património e análise do seu estado de conservação, tendo sempre em vista a proteção, bem como a fruição pública dos mesmos;

Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por correio eletrónico, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt/>;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Jucy  
Ferreira  
31  
Ferreira*

Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de miniprojectos:

- Atualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia;
- Divulgação mensal do património arqueológico concelhio através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios);
- Colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local.

### **C- Obras e Intervenções Municipais**

- \* Reparação de ruturas de água;
- \* Limpeza e manutenção de estações elevatórias/ETARS;
- \* Desentupimento/limpeza de saneamentos, fossas séptica, fontanários e ribeiros;
- \* Substituição de Bombas de Água avariadas;
- \* Trabalho em ramais de saneamento e colocação de grelhas para águas pluviais;
- \* Trabalhos de manutenção em várias EB1 e JI do concelho;
- \* Entrega de caixas de briquetes pelas EB1 e JI do concelho;
- \* Trabalhos vários em estradas e passeios;
- \* Colocação e manutenção de tampas de saneamento;
- \* Trabalhos de manutenção em Bairros Sociais do Concelho;
- \* Montagem e desmontagem de Palcos e Estrados;
- \* Montagem e desmontagem de Stands;
- \* Trabalhos de manutenção na Pavilhão Municipal de Alijó;
- \* Trabalhos de manutenção na Biblioteca Municipal de Alijó;
- \* Limpeza de espaços públicos,
- \* Reparação de luminárias,
- \* Arranjo de caminhos;
- \* Limpeza de lixeiras clandestinas;
- \* Manutenção de placas de informação de monumentos;
- \* Trabalhos de jardinagem vários.

### **Listagem de obras:**

- Eliminação e Limpeza de Lixeiras e Montureiras no Concelho – adjudicada
- Pólo do Museu do Douro (Pão e Moscatel) – Núcleo Museológico do Pão e do Vinho de Favaio – adjudicada
- Reservatórios do Município – Execução (Alto de Pegarinhos, Vila Verde, Vilar de Maçada e Jorjais) - adjudicada
- Ampliação, Remodelação e Reparação das Redes de Saneamento (Vale de Mendiz) – adjudicada
- Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Largo e Acessos Junto à Casa da Cultura em Carvalho) – em concurso

### **D – Ação Social**

- Atendimento / Encaminhamento de situações;
- Apoio psicossocial;
- Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Proteção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias);

### **Apoio a Idosos e Deficientes**

**Ajudas Técnicas** - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho.

De outubro a dezembro foram emprestados:

Freguesias	Camas	Cadeiras	Fraldas
Vila Chã	2	1	
Vilar de Mendiz	1		
Castedo	1		
Vilar de Maçada			4

#### Habitação

- abertura de concurso e atribuição de 1 fogo tipologia T3, no Conjunto Habitacional de Carlão;
- abertura de concurso e atribuição de 1 habitação tipologia T3, no Conjunto Habitacional de Sanfins do Douro.

#### - Programa "Solarh"

N.º de processos entrados de julho a setembro – 0

N.º de processos em análise nos serviços – 1 (Freguesia de S. Mamede)

#### Projetos de Intervenção Comunitária

- Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projeto é de âmbito supraconcelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Ação foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respetivos Concelhos.

Ações desenvolvidas:

- comemoração do dia do idoso, realizado no dia 30 setembro, em Pinhão- Cel com a participação de 7 IPSS do Concelho de Alijó, onde participaram aproximadamente 74 idosos.
- Dinâmicas de Gerontomotricidade nas IPSS do Concelho, exceto mês agosto;
- Web Itinerante em todas as IPSS do Concelho, exceto mês agosto;
- convívio de Natal com a participação de 600 idosos, oriundos de todas as Freguesias do Concelho, que se realizou nos dias 19 e 20 de dezembro,

#### Gabinete de Inserção Profissional - GIP

ATIVIDADES	outubro	novembro	dezembro
Realização de sessões de técnicas de procura de emprego	1	2	0
Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados	0	0	0
Realização de contactos com empresários da iniciativa do	0	0	3



animador e Visitas a Empresas			
Captação de ofertas de emprego	12	1	1
Encaminhamentos para emprego qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo	24	15	7

### Comissão de Proteção de Crianças e jovens

- Processos em acompanhamento: 36
- Processos entrados/abertos de outubro a dezembro: 3
- Processos remetidos para tribunal de outubro a dezembro: 4

Reuniões	Total/ ano	outubro a dezembro	Total até dezembro
Comissão Restrita ( de 15 em 15 dias)	25	6	31
Comissão Alargada	6	4	10

### E – Educação:

- Organização de transportes escolares para todos os níveis de escolaridades.
- Fomecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB;
- Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) nos Jardins de Infância do concelho;
- Gratuitidade da componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins de Infância do concelho;
- Implementação do sistema de Ação Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB e no Pré-Escolar (no caso do 1º CEB apoiou-se também ao nível de manuais escolares). Atualização permanente dos escalões de Ação Social Escolar;
- Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de escolaridade;
- Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino (desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, passando pelos Cursos CEF e Profissionais);
- Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (APPACDM de Sabrosa, APPC de Vila Real e Associação Nuclisol Piaget de Vila Real);
- Cedência de transporte a instituições do concelho de carácter cultura e desportivo com compromissos oficiais (atuações, competições,...);
- Colaboração com projetos de intervenção social que promovem atividade para crianças e jovens (Programa Escolhas,...);
- Colaboração com instituições que promovam cursos de formação profissional no concelho (Centro de Formação Profissional de Vila Real, Nervir, Consultua);
- Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

- Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo;
- Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação;
- Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho;
- Apetrechamento em termos de mobiliário, materiais e equipamentos dos vários estabelecimentos do concelho;
- Realização de pequenas obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes;
- Apoio e colaboração na dinamização de atividades direcionadas a crianças e jovens;
- Apoio e colaboração na dinamização promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Alijó;
- Limpeza e desinfestação de edifícios escolares de áreas circundantes aos edifícios escolares;
- Gestão da frota municipal afeta aos transportes escolares;

#### **F – Saúde Pública:**

Apresenta-se, seguidamente, um resumo da atividade desenvolvida pelo Médico Veterinário Municipal de Alijó entre 14 de setembro de 2011 e 16 de dezembro de 2011:

- Inspeção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê;
- Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó;
- Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de outubro;
- Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário;
- Campanha de vacinação antirrábica em época especial;
- Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro;
- Avaliação de projetos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufatura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer;
- Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais;
- Coordenação bi-mensal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó;
- Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais;
- Colaboração com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, através da prestação de inspeção sanitária em Matadouro (Matadouro Alfeu, em Vila Real);
- Colaboração com a brigada ambiental do SEPNA (GNR) de Vila Real, em duas ações de fiscalização de documentação de cães de caça, executadas em vias de acesso ao conselho de Alijó (IP4);
- Vistoria de veículos de venda ambulante de bens alimentares, para atribuição de cartão de vendedor ambulante válido no concelho de Alijó para o ano de 2012;
- Inspeção Sanitária feita em matança tradicional de porco na localidade de Amieiro;
- Colaboração com brigada da ASAE, executando peritagem técnica em vistorias de estabelecimentos de venda de bens alimentares;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature and date:*  
36

## G – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objetivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Setor AgroIndustrial – Produção de vinhos comuns e licorosos	. GADL; . Promotores.	Acompanhamento de 1 processo de adaptação ao novo regime de exercício das atividade industrial de acordo com o Dec-Lei n.º209/2008	. Análise dos processos: - licenciamento industrial tipo 3.
Concelho de Alijó Setor Agropecuário – Alijó, Pópulo, Santa Eugénia.	. GADL; . Promotores	Acompanhamentos das atividades nas explorações Pecuárias e Cozinhas Regionais.	. Visitas de trabalho periódicas às explorações.
Concelho de Alijó Setor Empreendedorismo	. GADL; . SPA, Consultoria; . Juntas de Freguesia	Divulgação de workshop, sessões de esclarecimento sobre empreendedorismo – ideias de negócios	. Reunião de trabalho com a empresa promotora de workshop e sessões de esclarecimento. Divulgação efetuada a toda a população do Concelho, através de informação escrita enviada a todas as juntas de freguesia do Concelho.
Concelho de Alijó – Alijó – Vale de Mendiz; Ribalonga Setor/Turismo	. GADL; . 2 Promotores	Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento de Empreendimentos Turísticos;	. Reunião de trabalho com os promotores para informação e esclarecimento sobre todos os passos a seguir para classificação de um empreendimento turístico.
Concelho de Alijó (Setor Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF;	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Foram efetuadas ações de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2011/2012;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature and date: 30*

			<ul style="list-style-type: none"><li>. Envio das propostas dos corredores para as espécies migratórias de inverno – tordos, da época venatória 2011/2012, para a AFN;</li><li>. Elaboração e envio à AFN da listagem, sorteio dos caçadores inscritos para as espécies migradoras de inverno/Tordos para a época venatória 2011/2012</li><li>- Requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas;</li><li>. Conclusão dos processos de incentivo à criação de áreas de alimentação (sementeiras) para as principais espécies cinegéticas na ZCMA, solicitados por agricultores.</li><li>. Análise e conclusão dos processos de indemnização de prejuízos causados por javali, solicitados pelos agricultores;</li><li>. Tratamento e envio de correspondência ao caçador;</li><li>. Realização de Montaria;</li><li>. Fiscalização da ZCMA;</li></ul>
Concelho de Alijó (Setor Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	<ul style="list-style-type: none"><li>. GADL;</li><li>. Guarda-florestal Auxiliar;</li></ul>	. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	<ul style="list-style-type: none"><li>. Serviço administrativo da Concessão de Pesca;</li><li>. Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;</li></ul>
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"><li>. GADL;</li><li>. GTF;</li><li>. COM.</li></ul>	. Coordenar as ações de Serviço Municipal de Proteção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
	<ul style="list-style-type: none"><li>. GADL;</li><li>. GTF;</li><li>. COM.</li></ul>	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.
	<ul style="list-style-type: none"><li>. COM;</li></ul>	. Coordenar as	. Acompanhamento, coordenação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature and date 37*

(SMPC)  Setor Florestal – PMDFCI	. GTF; . GADL.	ações de Combate aos Incêndios Urbanos /Florestais/Acidentes Rodoviários.	e apoio logístico de todos os meios envolvidos nos teatros de operações dos Incêndios Urbanos/Florestais, Acidentes Rodoviários ocorridos no Concelho de Alijó.
	. GADL; . GTF; . COM.	. Marcação da área ardida.	. Levantamento e marcação em gabinete da área ardida no Concelho de Alijó.
	. GTF; GADL; . COM; . GNR; . Freg. Vilar de Maçada.	. Árvores em risco na Estrada Municipal (Sanradela).	. Limpeza e desrama/desbaste árvores.
	. GADL; . GTF; . COM; . AMVDN (Eng.º Noronha).	. Equipa de sapadores florestais – contratos, legislação -	. Reunião de trabalho.
	. GADL; . GTF; . COM; . Funcionários do Município; . Empresa Dourogás.	. Regras de segurança em caso de acidente na rede de gás instalada em Alijó.	. Abordagem e aconselhamento de regras de segurança em caso de acidentes na rede de gás: - Características típicas da rede instalada; - Rutura e seus riscos; - Como atuar.
	. COM; . BV Alijó; . Empresa Dourogás.	. Distribuição de gás – Rede e condutas de gás em Alijó.	. Localização da rede de distribuição de gás no terreno – o que fazer em caso de acidente.
	. COM; . GTF; GADL; . Prof.ª representante do Clube Proteção Civil da Escola EB 2,3 Alijó.	. Comemoração do Dia Mundial da Proteção Civil.	. Reunião de trabalho sobre as atividades a desenvolver.

Nota: Este documento foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Alijó, 22 de dezembro de 2011

O Presidente da Câmara  
Dr. José Artur Fontes Cascarejo

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes  
Membros: -----



ASSEMBLIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Congratula, quer a Comunidade Intermunicipal do Douro, quer a Estrutura de Missão, quer a Liga dos Amigos do Douro Património Mundial, pelo aniversário dos 10 anos. Disse que teve a oportunidade de estar presente nessa cerimónia, realizada no dia 14 de dezembro no Peso da Régua, e salienta a importância que foi para a região esse atributo. Acha que é um motivo de orgulho. Disse ainda que sempre que se celebram estes aniversários, a passagem a Património Mundial, existem sempre polémicas, sobretudo daqueles que estão sempre do contra, que nunca são favoráveis, nomeadamente no desenvolvimento do país e das regiões. Este ano não foi exceção e a polémica atribui-se à Barragem do Foz Tua. Pelo que entende a construção da barragem não interfere na questão da classificação pela UNESCO e acha que é muito importante para o país, região e principalmente para o concelho de Alijó que uma obra como esta continue a ser feita. Salienta ainda a importância que os viticultores tiveram nessa região, durante décadas. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Começa por questionar o Sr. Presidente da Câmara, sobre uma questão colocada numa intervenção sua, na última sessão da Assembleia, que se refere ao estado lastimável em que se encontra a freguesia do Castedo. Convida o Sr. Presidente a visitar a freguesia do Castedo, de preferência com o Sr. Presidente da respetiva junta, para que este lhe pudesse identificar, em particular, casos que não fazem de todo muito sentido nos tempos de hoje. Refere outra situação, pelo ponto positivo, que é a conclusão da estrada para o Castedo, independentemente de não ter sido por inteiro, julga que a pior parte está resolvida. Faz um reparo, relativamente à sinalização vertical, nessa mesma estrada. Foi colocado um STOP num local onde nunca esteve e é exatamente no sentido com mais fluxo, Alijó-Castedo. No seu entender deveria existir um sinal de proibição à circulação de pesados no sentido da Granja. -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** Alerta para o estado em que se encontra a estrada que liga Soutelinho-Ponte. Disse que na noite anterior passou por lá, e de facto a estrada está a ficar cada vez pior. Sugere, uma vez que a Câmara não tem dinheiro para alcatroar, que uma carrinha da Câmara preencha os buracos com aterro, o que sempre dará um pouco mais de segurança. Alerta ainda para dois ou três ferros da ponte de Cheires-Sabrosa, que já se encontram bastante deteriorados. Pode ocorrer algum incidente e depois as responsabilidades serão atribuídas a quem de direito. No seu entender um ferreiro resolveria a situação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Questiona o que os pequenos e médios viticultores beneficiaram com o Património Mundial de há 10 anos para cá. Disse que caminham para a falência, para o empobrecimento, nada mais. Considera que a Assembleia Municipal deveria oficiar o Governo nesse sentido.

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Subscrive o que o Membro Manuel Vilela disse e acrescenta que com a via que abriu há pouco tempo em Sabrosa, a estrada triplicou o trânsito. No seu ponto de vista fica mal à Câmara, os buracos que existem há mais de um ano, não há ninguém que consiga reparar ou tapar os buracos, não sabe o que pesará no orçamento. -----  
Disse que o lixo está a ser derramado em todos os caminhos agrícolas, em todos os locais habituais, não sabe como isso está a ser tratado, mas não está a ser eficiente. Sugere ao Executivo Camarário faça o que a generalidade das Câmaras está a fazer, o ecoponto, com local de descarga, com cais de descarga, num sítio, talvez a meio do concelho, onde as pessoas possam fazer o depósito. -----

Disse ainda que o preocupa a falta de uma passadeira. Já o referiu mas julga não ter sido atendido, até porque não sabe onde termina a Câmara e começa a junta de freguesia. A passadeira do auditório para a biblioteca e do hospital da santa casa da misericórdia para o tribunal é fundamental. Julga que um dia poderá acontecer ali um acidente, uma vez que se trata de um auditório, de onde por vezes saem centenas de pessoas e já reparou que estas nem sabem por onde hão de ir, bem como os automóveis. Acha que é uma questão de falta de organização. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Espera que o próximo ano seja próspero e não um ano de desgraças como aquelas que ali têm sido ditas. Disse que ainda bem que existem reparos, bem como pessoas conscientes, responsáveis que também sabem ver o que contribui para o desenvolvimento do país, tal como a barragem do Tua. Existem pessoas que conseguem ver realmente o que faz bem ao concelho. -----

Felicita o aniversário do Património Mundial, e é para isso que aqui estão, para dar as mãos e resolverem os problemas. -----

Felicita ainda o Sr. Deputado da Nação, Sr. Pedro Pimentel, por ter ganho as eleições da Comissão Política do PSD. Deseja uma vida fácil e que consiga desenvolver o seu trabalho dentro do possível. -----

Gostaria também de felicitar a freguesia de Sanfins do Douro, pois estava dentro daquelas freguesias a serem extintas e saiu dessa situação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Felicita também o Amieiro, pela II Feira, já é o 2.º ano da mostra de produtos da terra, com sucesso. -----

Questiona o Sr. Presidente da Câmara sobre quando entrará em funcionamento a ETAR de Vila Chã, uma vez que está pronta e abrange duas aldeias, por sinal a aldeia mais poluída da freguesia e quiçá do concelho, Chã. A parte da 212 continua sem saneamento, que está a desaguar para o ribeiro e por consequente para a barragem, é uma situação na vertente do ambiente. Julga, por isso, ser necessário debruçarem-se sobre esse problema. Numa primeira fase, sobre a ETAR, que está pronta há quase um ano, questionar as Águas de Portugal o porquê de não estar em funcionamento, depois resolver o saneamento da zona sul da Chã. -----

Disse que na última sessão da Assembleia foi tomada a decisão de que fosse alguém, ou uma delegação da Câmara Municipal de Alijó, falar com as Estradas de Portugal, no sentido de se continuarem a bater por um acesso no IC5 na zona norte de Carvalho. Os argumentos já foram explanados, importa saber o resultado dessa delegação que foi a Lisboa, constituída pelo próprio e pelo Sr. Presidente da Câmara. Deixa uma nota, dizendo que foram bem recebidos, acham que foi demonstrada intenção de se debruçarem sobre o problema e de o ajudarem a resolvê-lo. Foi solicitada o envio de uma carta, o que foi de imediato acatado. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se já há uma resposta e qual é a mesma, a fim de dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** Felicita o presidente do PSD, Sr. Eng.º Pedro Pimentel pela sua eleição e deseja-lhe felicidades, em seu nome e em nome da bancada do CDS, e espera que continue a desenvolver o trabalho que tem vindo a fazer em prol das pessoas do concelho de Alijó. Felicita o Membro Fernando Quintas, Presidente da Junta do Amieiro, pelo sucesso da II Feira dos Produtos da Terra. -----

Pergunta se o Sr. Presidente ou o seu Executivo, no que concerne à Barragem do Tua, tendo em conta as informações e as notícias surgidas na imprensa relativas à alteração ou à revisão do projeto encomendado ao Arqt.º Souto Moura, tem informações relevantes que possa fornecer ou transmitir à Assembleia relativamente ao projeto da Barragem do Tua. Por outro lado, e estando a barragem em construção e com as obras em andamento, que se devem dar negociações entre a EDP e os proprietários dos terrenos rústicos e urbanos das freguesias abrangidas pela barragem, para possíveis indemnizações, todos sabendo que a maioria dos proprietários não tem





conhecimentos e também não têm os prédios descritos na conservatória, ou seja, não têm experiência na negociação desta natureza, eventualmente expropriações dos seus prédios. Perguntava ao Sr. Presidente se a Câmara está preparada para criar um gabinete de apoio aos proprietários para os ajudar a proceder às descrições dos prédios na conservatória e, eventualmente, nas negociações com a EDP. Por outro lado, vai a Câmara apoiar as freguesias, nomeadamente a Junta de Freguesia de S. Mamede, Amieiro e Carlão, para que estas, com conhecimento que têm das possibilidades dos proprietários, os possam ajudar, inclusivamente na avaliação dos prédios e posteriormente com as negociações com a EDP. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Agradece as felicitações do colega António Fernandes e do conterrâneo, Rogério Lima, quando se referiram à II Mostra dos Produtos da Terra do Amieiro. Disse que, de facto correu muito bem. Agradece a presença de todos os Membros que estiveram presentes, bem como dos Srs. Presidentes de Junta, principalmente ao Presidente de Junta do Pinhão, Pedro Perry, e o secretário da Junta de Cotas, que honraram com a sua presença no almoço oferecido aos amieirenses que aparecerem e ao Executivo Municipal, na presença do Sr. Presidente e do Sr. Vereador Eng.º Luís Azevedo. Agradece a boa vontade demonstrada na realização deste evento. Conta que ficou muito sensibilizado, após o almoço, em que se referiu ao Amieiro como constando do documento verde, sendo portanto uma freguesia a extinguir. Caso tal se verifique eventos como este terminarão. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara pela garantia que deu, em tudo fazer para defender as freguesias do concelho de Alijó. Acrescenta que hoje se realizará a Assembleia de Freguesia do Amieiro onde irão apresentar uma moção idêntica à apresentada pela junta de freguesia de Alijó, pois não querem ser coveiros da freguesia do Amieiro que representa. Chama a atenção dos Srs. Membros para a necessidade de, em conjunto, defenderem o território, devido à proximidade entre as populações, por razões históricas, e à falta de transportes para uma população cada vez mais envelhecida. -----

Sobre a barragem do Tua, as populações, na sua maioria, defendem a construção desta barragem. Congratula-se também com o aniversário do Douro Património Mundial. -----  
Chama a atenção para a colocação de uma placa com a sinalização Amieiro, na estrada que vem do Franzilhal, pois é um reparo que já lhe têm feito, bem como taparem os buracos que existem, cada vez mais degradados na mesma estrada. -----

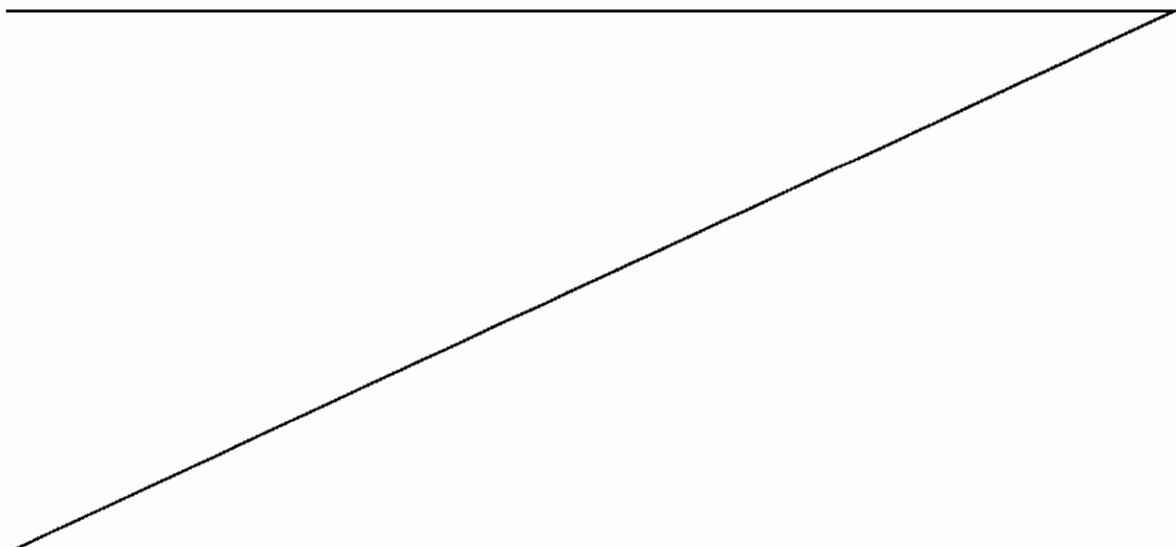


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

-----**MEMBRO PEDRO PERRY:** Associa-se, em parte, àquilo que foi dito pela Membro João Vilela acerca da questão do Douro Património Mundial versus realidade dos agricultores durienses. Não concorda com tudo, pois julga que todos ganham com essa classificação. No entanto, gostaria de associar-se à ideia de que a Assembleia Municipal deverá tomar uma posição em relação ao que está a acontecer, ou seja, cada vez mais se verifica um acentuado desequilíbrio social na região, isto é, a região fica cada vez mais rica e os protagonistas, os agricultores e lavradores, cada vez mais pobres. -----

Disse que está desagrado com a metodologia adotada pelo Executivo em relação à poupança na fatura energética do concelho, em particular na freguesia do Pinhão. A medida tomada, acender as luzes uma hora mais tarde e apagá-las uma hora mais cedo, interfere muito com a economia do Pinhão, visto que é essencialmente comercial. Nesses horários as pessoas andam na rua, os comerciantes estão abertos, e as deslocações já não são tão seguras o que diminui a atividade económica. Questiona se o Executivo não terá outras medidas em substituição dessa. -----

-----**MEMBRO FÁTIMA BARROS:** Informa que em reunião ordinária da Junta de Freguesia de Santa Eugénia e em reunião da Assembleia de Freguesia foi rejeitado por unanimidade o documento verde imposto pelo Governo. Consideram que esse documento não serve a população de Santa Eugénia. Quer a Junta de Freguesia quer a Assembleia de Freguesia entendem não ter legitimidade para decidir sobre uma reorganização administrativa, essa decisão não deveria ser tomada sem consulta democrática à população. Entrega ofício em mão ao Sr. Presidente da Mesa, que a seguir se transcreve: -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*my  
faint  
page 43*



*BR  
End.*

Junta de Freguesia  
de  
Santa Eugénia  
Largo do Cruzeiro,  
5070/411 Santa Eugénia

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia  
Municipal de Alijó  
Rua General Alves Pedrosa, 13  
5070 Alijó

Vossa Referência: of.nº	Vossa Comunicação	Nossa Referência: Of. Nº	Data: 29/12/2011
-------------------------	-------------------	--------------------------	------------------

**Assunto:** Reforma da Administração Local no Concelho de Alijó

Vem a Junta de Freguesia de Santa Eugénia solicitar a V.Ex.<sup>a</sup> que, informe o respectivo órgão que superiormente dirige da tomada de posição que esta Junta e Assembleia de Freguesia tomaram relativamente à Reforma da Administração Local imposta através do Documento Verde. A Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia aprovaram por unanimidade, nas respectivas reuniões ordinárias de 15-12-2011 e 29-12-2011 a proposta que segue em anexo.

Esta Junta de Freguesia informa ainda que, a tomada de posição assumida será enviada às respectivas Entidades/Órgãos competentes.

Agradecendo desde já, a atenção dispensada por V. Exa., subscrevo-me com elevada estima.

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da Junta de Freguesia

*Fátima Maria Henrique de Barros*

(Fátima Maria Henrique de Barros)

my  
fmr  
fmr

R  
md

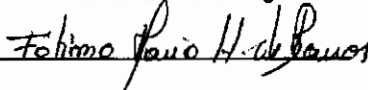
## PROPOSTA

Reforma da Administração Local no Concelho de Alijó Proposta pelo  
Documento Verde

- 1 – A Junta de Freguesia de Santa Eugénia e a Assembleia de freguesia rejeitam claramente a Reforma da Administração Local, imposta no Documento Verde para o Concelho de Alijó;
- 2 – A Junta de Freguesia de Santa Eugénia e a Assembleia de freguesia entendem que o “Documento Verde”, não respeita a vontade da população;
- 3 – A Junta de Freguesia de Santa Eugénia e a Assembleia de freguesia consideram não estar legitimadas democraticamente para decidir sobre um novo modelo da estrutura organizativa deste Concelho, sem obedecer ao princípio democrático da consulta popular.

Santa Eugénia, 29 de Dezembro de 2011

A Presidente da Junta de Freguesia



(Fátima Maria Henriques de Barros)

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Gostaria de se associar a todos aqueles que deram os parabéns ao Membro Pedro Pimentel pelas novas funções em que está investido. -----

Relativamente às questões dos 10 anos do Douro Património Mundial e da Barragem do Tua disse que Portugal não pode continuar a ser um País, ou a pretender ser um país rico, com carteira de pobre. Não se pode andar a pedir investimentos, nomeadamente investimentos para o interior, e quando estes surgem, sobretudo sobre a forma de energia renovável, que é o caso da hidroelétrica, e depois ser contra. A dívida pública externa depende 78%, direta ou indiretamente, da importação de petróleo e seus derivados. Pergunta como pode ser colocada em causa qualquer obra relacionada com energias renováveis que reduzirá essa fatura, e contribuirá também para a redução de CO2 para o ambiente. Disse que este investimento está 99,9% fora do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial e é de lamentar que estejam a considerar 0,01% para colocar em causa a classificação. Este empreendimento é de uma importância capital para o Vale do Tua, para o concelho, para a região e para o país. Sempre que há uma comemoração do Douro Património Mundial, existem tentativas de deitar uma nódoa negra para o Douro, isto porque as pessoas que o fazem nunca viveram no Douro, não conhecem o Douro, são um conjunto de pseudo-intelectuais que vivem em Lisboa, que tentam sugar para a capital todos os recursos que vêm para o país, numa macrocefalia cada vez mais gritante. Estão nos seus gabinetes com ar condicionado e atrevem-se a dar palpites para aqueles que estão no terreno e que têm a obrigação de promover o desenvolvimento social e económico daqueles que resistem e continuam a viver no Douro Património Mundial. O problema é que este investimento irá trazer para o Vale do Tua 20 milhões de euros, decorrentes das contra partidas que a EDP tem que pagar ao território, território esse que não é Lisboa. Disse ainda que lançou um desafio aos ambientalistas e outros pseudo-intelectuais, que se acorremem, não na barragem, mas sim em Lisboa, perante aqueles que negociaram e perante Bruxelas que permitiu o negócio de desviar fundos da região norte, da região centro e da região do Alentejo, que deveriam servir para a coesão territorial deste país e que através de uma autêntica fraude do mecanismo chamada *spillover*, que é o mecanismo de dispersão, desviaram esses fundos para Lisboa, porque já estava fora dos fundos, fora das regiões de convergência, porque está acima da média comunitária. Mas as mentes brilhantes arranjaram uma forma pseudo-



ASSEMBLIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

legal de desviar esses fundos para Lisboa. Então, na qualidade de Presidente da CIMDOURO, deixou-lhes esse repto, já que se mostravam tão interessados em medidas justas e equitativas, em defender os interesses do interior, que fizessem com que esses fundos regressassem à nossa região. Eles calaram-se e saíram da sala. -----

Informa que foi dado um grande passo para que esses milhões venham para a região. Foi criada, em Mirandela, a Direção da Associação de Desenvolvimento do Vale do Tua, constituída pelas cinco Câmaras, Alijó, Carrazeda, Mirandela, Murça e Vila Flor, e EDP. Na sequência dessa constituição, criaram os devidos órgãos e entenderam que a presidência devia seguir o método rotativo por ordem alfabética. Assim, a partir de janeiro irá liderar a Direção da Associação de Desenvolvimento do Vale do Tua e nesse mesmo mês receberão meio milhão de euros para começar a aprovar projetos indutores de desenvolvimento para o vale do Tua, e candidaturas no âmbito da criação de emprego e do empreendedorismo. Esta é a resposta que dão aos detratores da barragem e do desenvolvimento social e económico da região. -----

No que respeita à intervenção do Membro João Vilela, relativamente à sinalética, e também a todos aqueles que já referiram esse assunto, informa que já falou com os serviços camarários e irá ser feito um estudo da sinalética geral do concelho para tentar resolver todas as situações. É um estudo que será feito com calma, para que quando se atuar, fazê-lo em conformidade e com regras. Inclusive já pediu apoio às Estradas de Portugal, na pessoa do Sr. Eng.º Jorge Machado, de Vila Real. Este assunto está a ser tratado e não caiu em saco roto. No que respeita ao convite feito para visitar a freguesia do Castedo, e apesar de não ter sido feito pelo Sr. Presidente da respetiva Junta, considera-o igualmente legítimo e terá muito gosto em fazê-lo. Aproveita para se dirigir a todas as freguesias e fala do constrangimento que sente com todas as freguesias, que advém do facto de, em todos os mandatos fazia visitas às freguesias, para ver o que era preciso e até fazia uma reunião antes do orçamento para discutir os investimentos a realizar em cada freguesia, agora não o faz. Não o faz porque não pode atender aos pedidos das freguesias. No orçamento para 2012 têm menos 1.8 milhão de euros, e portanto uma das medidas tomadas foi diminuir as verbas para todas as freguesias em 15%. Mas tiveram outros cortes noutras verbas de 30 e 50%. Informa que fez um grande esforço para cumprir com as transferências para as juntas de freguesia, para que pelo menos, relativamente aquilo que estava previsto transferir este ano para as juntas de freguesia 10 duodécimos em 12 possíveis, ou seja todas as juntas receberam esses duodécimos. Esses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*MC  
Souto  
Lago 47*

duodécimos são exatamente para resolver as situações, para as quais, provavelmente, o Sr. Membro o estava a convidar a visitar. Aproveita para dizer que, por exemplo, para a freguesia do Castedo foram transferidos 12.666,68€, e nesta reta final, mais 1.266,67€. Com este dinheiro, e é para isso que existe a delegação de competências, têm que ser resolvidos esses pequenos problemas que eventualmente existam a nível da freguesia. Informa que a Câmara foi alvo de uma inspeção ordinária que também recaiu sobre 4 juntas de freguesia, Ribalonga, Carlão, Sanfins e S. Mamede. O Sr. Inspetor, não pondo em causa o método do protocolo da delegação de competências, considera que tem que se ir mais longe relativamente às transferências. Assim, a partir do próximo ano o procedimento será ao contrário. Os Srs. Presidentes de junta terão que apresentar á Câmara o levantamento das suas necessidades, e fala relativamente a obra nova, tem que apresentar projeto, o projeto ser aprovado, constituir uma comissão de fiscalização, verificar se há dotação financeira para avançar com a obra e só depois avançar para a obra. Só se pagarão os autos de medição 30 dias depois deles executados. Acrescenta que é obvio que gostaria de dar mais às juntas, mas quando tiram por um lado e aumentam os preços dos bens, como a luz, a água, os resíduos sólidos, é impossível. O orçamento tem dois pontos, receita e despesa e acontece que a receita tem diminuído e a despesa aumentado. Chegará uma altura em que será impossível, irão ter que cortar serviços e funções. Não está de acordo com esta estratégia, aliás nenhum português estará. Acredita que para além da austeridade terá que haver uma estratégia de crescimento e desenvolvimento, o que não está a acontecer. -----

No que respeita à estrada Soutelinho-Ponte da Ribeira, relembra que não é uma estrada nacional, nem municipal. Essa estrada não é a ligação entre Alijó e Sabrosa, a estrada municipal é via Cheires, Sanfins, Favaios e Alijó. A estrada a que se referem era, é e sempre foi uma estrada rural, um caminho rural de ligação àquelas propriedades, que a Câmara aproveitou, por altura das intempéries para alargá-la e transformá-la. Disse que irá mandar colocar sinalética alertando para as pessoas irem pela estrada municipal, porque, de facto, esse caminho não está em condições. Disse ainda que, em conjunto com a Câmara de Sabrosa irão tentar apresentar um projeto, no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio, a renegociação do mesmo e no âmbito da comunidade intermunicipal do Douro, para se considerar essa via como alternativa e também de carácter municipal, só assim a poderão melhorar, com a nobreza e segurança que ela exige e merece. No que concerne aos buracos, informa que abriram um concurso para a massa asfáltica, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

que estará a chegar. Relativamente a esta matéria vão tentar suprir as necessidades que existem em todo o concelho. -----

Quanto à ponte, ainda não se tinha apercebido dessa situação, mas tomou nota, e tentará resolver o problema. -----

No que concerne à dialética Douro Património Mundial e benefício para a vitivicultura duriense, afirma estar de acordo com aqueles que dizem que o Douro Património Mundial também não foi a solução milagrosa para todos os problemas que existem no Douro, aliás nunca teve essa expectativa. O Douro Património Mundial é uma marca, como por exemplo o Douro ser considerado um dos sete destinos de turismo sustentável pela National Geographic, ser outra marca, pela região de onde vem o Vinho do Porto, é outra marca. No fundo o Douro Património Mundial é um selo de qualidade para a região que tem sobretudo efeitos a nível de atratividade turística, isto é tem tido de facto algum sucesso no que respeita à componente de fazer do turismo a vindima permanente do Douro, como diria o Dr. João de Araújo Correia, da Régua, e sobre esse ponto de vista considera que a classificação tem cumprido o seu objetivo. -----

No que diz respeito à alteração do desequilíbrio entre os importadores e exportadores, no que concerne ao Vinho do Porto e a toda a atividade ligada à vitivicultura no Douro, é claro que não tem tido qualquer tipo de consequência, nem pode, porque estamos a falar da alteração institucional, tem que se falar de uma alteração profunda, e está a ser estudada entre a CIM e o Governo. Em resposta a todos que colocaram esta questão, para além das manifestações, para além do direito à indignação que as pessoas têm, até porque estão a ver os seus rendimentos cada vez mais reduzidos, concorda que de facto o Douro pode estar à beira do abismo, se não forem tomadas medidas rapidamente relativamente a esta matéria. Acrescenta que tem havido um dialogo muito frutuoso, entre a Comunidade Intermunicipal do Douro e o Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, ex Presidente da Câmara de Ponte de Lima, Daniel Campelo, que, provavelmente por ter sido Presidente de Câmara tem uma outra experiência e sensibilidade para tratar destas matérias. Estão a ser estudadas medidas concretas para tentar atenuar esse problema. Uma das medidas concretas que já esta mais ou menos consensualizada, está relacionada com a obrigatoriedade de o álcool necessário para produzir Vinho do Porto ser oriundo da região. Esta medida faria com que não houvessem excedentes na região, ou seja o vinho que fosse necessário para o Vinho do Porto era utilizado para o Vinho do Porto e o resto que





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

não fosse necessário para a produção era queimado para fazer o nosso Vinho do Porto. De acordo com o que dizem os especialistas na matéria, hoje a questão da queima de aguardente necessária para o vinho do Porto é considerada o grande negócio. O Governo está a estudar a situação e pretende ouvir a região, as suas propostas e soluções para depois poder eventualmente modificar, do ponto de vista legal, institucional, aquilo que é possível modificar para ultrapassar este problema. Informa que estão envolvidos na tentativa de encontrar soluções para este problema. ---

Relativamente à intervenção do Membro Miguel Cartageno sobre as questões ambientais disse que os contentores que foram espalhados pelo concelho, que tinham como principal objetivo a recolha de resíduos foram transformados em lixeiras abertas, porque as pessoas depositavam lá todo o lixo, quer de construção civil, relva aparada, até fraldas. Isso aconteceu em todos os contentores. Disse que esse sistema não vai voltar a ser implementado, porque implicava uma grande educação cívica e ambiental do povo. E como não se pode mudar o povo, adequa-se o que oferece à mentalidade d povo. Para além de ser um sistema com essas deficiências, era caríssimo e aliás, a Câmara ainda foi multada. Disse ainda que esse sistema já havido sido debatido na Assembleia, e que alguns Membros disseram o que acabou de referir. Para ter ecopontos, os mesmos terão que ser vedados e ter um homem junto aos mesmos permanentemente para que o lixo mal chegue, seja de imediato separado e seja pesado, o que inclusive vai diminuir a nossa despesa, pois quem for lá pagará uma taxa. É um investimento que merece a pena ser feito, e que está a ser estudado juntamente com a empresa. -----

Sobre a ETAR de Vila Chã, questão levantada pelo Membro António Fernandes, disse que terão que perguntar por escrito, apesar de já o terem feito verbalmente, às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, o que é necessário para a ETAR poder funcionar. Quer da parte da Câmara, quer da parte da Junta foi feito tudo que estava ao seu alcance. Pede ao Membro António Fernandes, na qualidade de Presidente de Junta, que fizesse chegar essa reivindicação à Câmara, para depois com o seu ofício reforçar o pedido e envia-lo para as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

No que respeita ao nó entre o IC5 e Vila Chã, ali na zona de Ribalonga, conseguiu uma reunião com as Estradas de Portugal e, como foi o Membro António Fernandes que colocou essa questão, convidou-o a estar presente. Apresenta o ofício enviado pela Autarquia e a respetiva resposta que se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ



MUNICÍPIO DE  
ALIJÓ  
Desenvolvimento Político e Social

*Handwritten signature and initials*  
50

Exm<sup>o</sup> Sr. Director  
António Manuel Rodrigues  
Gabinete de Relações Institucionais  
Praça da Portagem  
2809-013 Almada

Sua referência	Sua Comunicação	Nessa Referência Ofício n.º 3082	Data Alijó, 2011-10-14
----------------	-----------------	-------------------------------------	---------------------------

**Assunto: "Nó do IC 5 entre o Póculo e Vila Chã – Município de Alijó"**

Venho por este meio solicitar a V/ Ex.<sup>a</sup>, que seja equacionada a possibilidade de repor uma ligação que sirva as freguesias do Norte do Concelho de Alijó, entre o Nó do Póculo e a Freguesia de Vila Chã, tal como estava inicialmente previsto, no projecto de IC 5.

A Câmara Municipal de Alijó, na altura da execução física deste troço do IC 5, concordou que o Nó previsto para essa zona fosse suprimido, na expectativa de uma maior segurança e rapidez no traçado inicialmente previsto, o que não se veio a verificar *à posteriori*, pois o actual traçado é mais estreito do que a própria variante que vai do Nó de Vila Chã até Alijó.

Acresce ainda que esta situação foi questionada em Assembleia Municipal, tendo o Município assumido a responsabilidade de colocar este assunto à consideração de V/ Ex.<sup>a</sup>.

Relembro que o Município de Alijó, quer no passado quer no presente, demonstrou sempre abertura para equacionar soluções alternativas, que melhorassem a segurança rodoviária e que pudessem diminuir os custos da obra, como foi o caso presente, bem como a alteração da obra de arte (ponte), sobre o rio Tua. É este espírito mútuo que queremos manter com V/ Ex.<sup>a</sup>, esperando por isso uma resposta positiva à reposição da ligação solicitada e que estava prevista no projecto inicial.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*  
O Presidente da Câmara

*Handwritten signature of Dr. José Artur Fontes Cascajão*  
Dr. José Artur Fontes Cascajão

Rua General  
Aves Paçocas, 13  
8070-061 ALIJÓ  
Telef.: 289 957 100  
Fax: 289 959 739

Gabinete Agente

Folha nº 4



*Handwritten signature and initials*  
51



Estradas de Portugal, S.A.

Gabinete de Relações Institucionais

CÂMARA MUNICIPAL  
ALIJÓ  
ENTRADA  
N.º 51.1.5  
*Handwritten signature*

Exmo. Senhor  
Dr. José Artur Fontes Cascarejo  
Presidente da Câmara Municipal de  
Alijó  
Rua General Alves Pedrosa, 13  
5070-051 Alijó

Sua Referência:	Sua Comunicação de:	Nossa referência:	Antecedente:	Salda:	Data:
3082	14-10-2011	GR/1279/2011		EP-SAI/2011/103552	18-11-2011

Assunto: IC5 – Nó entre Póvoa e Vila Chã

Exmo. Senhor,

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e na sequência da prestação exposta, informamos V. Exa. que o assunto foi reencaminhado para a Subconcessionária a quem foram solicitados esclarecimentos que nos habilitem a responder à Autarquia.

Mais informamos que assim que houver uma decisão sobre o assunto, tomaremos a liberdade de o comunicar a V. Exa.

Com os melhores cumprimentos,

O Director do Gabinete de Relações Institucionais

*Handwritten signature of António Manuel Rodrigues*

António Manuel Rodrigues

Mod.16.11.007; 06-01-2011 Documento emitido eletronicamente

1/1

EP – Estradas de Portugal, S.A.  
Capital Social: 330.000.000 Euros  
NIF: 504508886

Sede: Praça de Portugal 2809-013 ALMADA- PORTUGAL  
Telefone: +351-21 267 90 00 / Fax: +351-21 265 19 97  
E-mail: ep@estradas.pt • www.estradasdeportugal.pt

\*Este documento é propriedade exclusiva de EP, não podendo ser reproduzido, utilizado, modificado ou comunicado a terceiros sem autorização expressa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*[Handwritten signature]*  
52

No que concerne à intervenção do Membro Rogério Lima, relativamente à barragem e ao impacto visual da mesma, ainda não é conhecido, porque ainda está a ser feito esse trabalho, o trabalho final do Arqt.º Souto Moura, arquiteto de altíssima qualidade, que recebeu o premio Pritzker a nível internacional. Para além das vantagens que já referiu, esta será mais uma, pois com certeza alguns turistas ambientalistas virão ao Tua só para ver a obra e enquadramento de Souto Moura na barragem. -----

Relativamente à questão da expropriação dos proprietários, existe uma empresa a tratar desse assunto. Quando o concurso foi lançado peritos fizeram uma avaliação máxima e mínima, em que a Câmara não pode intervir. Mas é óbvio que se alguém necessitar de apoio, os gabinetes da Autarquia e os seus técnicos podem informalmente, prestar ajuda. Neste caso talvez possa ser feito algo pela Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, uma vez que é uma associação de direito privado, dar um apoio mais específico. Aliás essa agência foi concebida para ajudar ao desenvolvimento social e económico do Vale do Tua. Mas, enquanto tal não acontece, a Câmara, através do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local, dos juristas e dos recursos de que dispõe, disponibiliza o seu apoio. -----

No que respeita à intervenção do Membro Fernando Quintas, dá também os parabéns pela Mostra de Produtos da Terra, que correu muito bem e é a prova de que se em vez dos lamentos, as pessoas procurarem combater as dificuldades, conseguem-se fazer coisas como esta. É sabido que não tem uma dimensão maior devido à falta de dinheiro, mas a força de vontade demonstrada pela junta de freguesia, liderada pelo Membro Fernando Quintas, fez com que fosse mais um sucesso. -----

É verdade que no final do almoço foi desafiado a dar a sua opinião pessoal sobre o documento verde, o que fez e que sintetiza dizendo que a reforma administrativa deveria obedecer aos critérios a que obedecem outras reorganizações do território, de baixo para cima e não de cima para baixo. A vontade do povo e do território deveria ser respeitada, isto é, se em Lisboa, Porto e no litoral é um procedimento fácil e até consensual, porque muitas juntas estão apenas separadas por ruas e não têm uma identidade histórica e/ou cultural, nos meios rurais tal não se verifica, sobretudo em meios que têm sofrido um despovoamento e uma sangria demográfica absolutamente avassaladora nos últimos anos. Aquilo que, eventualmente se poderia ganhar, os ganhos de escala, não compensa o que se vai perder. Não concorda que depois de encerrarem escolas, extensões de saúde em algumas freguesias, fecharem também as juntas. As populações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

53

ficarão sem uma voz que as defenda. Outro ponto, é que, ao invés do que acontece nas cidades, aqui não há transportes. Assim as populações ficam sem voz e sem mobilidade. Portanto não é favorável a que se altere a situação, sobretudo no interior do País, contra a vontade das populações. Agora se alguma ou algumas juntas do concelho de Alijó, por vontade própria, quiserem agregar-se, unir esforços para ganhar escala, numa perspetiva positiva, tudo bem. Mas têm que querer. Enquanto Presidente da Câmara, jamais imporá qualquer lógica desse género às populações. -----

Relativamente à sinalização no sentido Franzilhal-Amieiro, tentarão resolver essa situação, dentro da lógica que já referiu. -----

No que respeita à intervenção do Membro Pedro Perry na parte referente à iluminação pública, disse que é de facto um problema com o qual se confrontam, pois de um momento para o outro a luz aumenta 17%. Todos os municípios estão a fazer cortes, e tem havido metodologias de todo o género. Por exemplo, há municípios que têm diminuído a luz a partir da meia-noite, ou seja a partir dessa hora não há luz; há municípios a apagar poste sim, poste não, mas poderia acontecer casas iluminadas e casas não iluminadas; e municípios como o de Alijó, que tentam ir pela medida menos gravosa, pelo menos inicialmente. Mas estão sempre prontos a evoluir e a alterar o que não estiver bem. Disse que os dias já estão a crescer, a anoitecer mais tarde e a amanhecer mais cedo e que esse problema gradualmente ficará resolvido. Mas de qualquer forma deixa o desafio de os Srs. Presidentes de Junta apresentarem soluções menos gravosas ao Sr. Vice Presidente, pois é ele que está encarregue desse assunto juntamente com a EDP. Como todos sabem têm que fazer cortes, porque se não a fatura fica incomportável, mas sem prejudicar, ou prejudicar o mínimo possível. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** No seguimento da sua intervenção esclarece que gostaria que se transmitisse ao IVDP, em nome da Assembleia Municipal, de forma a ter mais força o seguinte: como se sabe todos os anos os viticultores que têm autorização para benefício recebem um impresso com autorização de benefício, deveria ser modificado e vir mencionado, para a respetiva área autorizada, os litros de benefício, os litros de VOPRD e os litros de vinho de mesa, assim os preços pagos seriam diferentes e não haveria desculpa para as empresas exportadoras se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature and initials, possibly 'M4' and 'Faleiro', with the number '54' written below.*

aproveitarem do viticultor pagando a todos as uvas sempre pelo mesmo preço de uvas de consumo. Pensa que seria uma das soluções para equilibrar os problemas económicos, porque no Douro o que existe e o que está a acontecer é o problema fator económico, o problema é o dinheiro. Todos os anos se aproveitam. Se esse impresso viesse mencionado de maneira diferente, eles teriam a vergonha de pagar aos viticultores. Era só uma chamada de atenção, e julga que se partisse da Assembleia teria um pouco mais de força, e se calhar seriam os primeiros a apresentar essa ideia. Não tem a ver com política, mas sim com os interesses económicos da região. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Disse ao Membro Manuel Vilela para apresentar a sua proposta por escrito para ser votada. -----

-----**MEMBRO ESTELA TEIXEIRA:** Parabeniza a Câmara Municipal pela festa de natal do idoso, promovido em parceria com o projeto PALMUS. Considera que eventos como esse trazem sempre alegria aos idosos e fazem senti-los honrados. Disse que a presença do Sr. Presidente ou dos Srs. Vereadores nas freguesias é sempre muito importante, podem não haver obras ou dinheiro, mas a presença do executivo manifesta sempre boa vontade e intenção, e na atual conjuntura de crise, a boa intenção já traz alento e esperança. A freguesia de Cotas organizou, como todos os natais, uma festa para os seus habitantes e foi com grande satisfação que, enquanto presidente da junta, viu a presença do Sr. Presidente e do Sr., Vereador Prof. Adérito Figueira e a alegria dos habitantes de Cotas em tê-los presente. A sua visita, juntamente com a última transferência, simbolizaram uma verdadeira prenda de natal. A presença do executivo é sempre importante, quer numa festa de natal, de carnaval, para ver um caminho, porque pelo menos mostra que os presidentes de junta em conjunto com o executivo estão empenhados. Agradece também a presença do Sr. Presidente de Junta Albano e do Membro Cláudio Vilela. -----

Lembra e homenageia um filho da terra de Cotas, que no ano de 2011 foi campeão nacional de enduro, Carlos Teixeira. É um jovem que iniciou essa atividade em 2009 e que pela sua persistência e trabalho se tem destacado, atingido este ano o 1.º lugar. É um jovem do concelho e acredita que a todos orgulha e é por isso merecedor de reconhecimento. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Relembra que o Sr. Presidente não respondeu à questão por si colocada referente à Estrada Nacional 212, zona sul da Chã. -----

-----**MEMBRO FERNANDO QUINTAS:** Ainda relativamente à II Mostra de Produtos disse que a despesa com essa iniciativa não deu qualquer prejuízo à junta, nem tinham dinheiro para tal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

MC  
65  
Jaques

porque são os que menos recebem no concelho. Foi um sucesso, um sorteio que foi feito do presunto do porco do ano transato, que originou 500€. Tudo autorizado pelo Governo Civil. Tiveram que pagar que pagar 25% de imposto de selo, enviar uma declaração de quem recebeu o premio, porque senão estariam a transgredir a lei. Informa que esse prémio saiu ao Prof. Adérito Figueira. Já têm o do próximo ano e haja saúde para o comer. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Em relação ao que o Sr. Presidente disse sobre o lixo e lixeiras, concorda plenamente. Não concorda é que não haja penalização para os infratores que andem por aí a despejar o lixo. Poucos serão aqueles que se desloquem da sua freguesia para ir depositar o lixo à Chã, por uma questão de comodidade continuarão a deitar lixo na beira das estradas. Aí apelava ao Sr. Presidente da Câmara, ou através da GNR, ou de fiscalização por parte da Câmara. punir, a partir do momento em que esses pontos sejam criados, todos os infratores. --- Relativamente à barragem, julga que, até pela importância que tem, não merecia uma Assembleia extraordinária, pensa mais longe, se calhar já deveria ter sido feito, um congresso a nível regional e convidar elementos do Governo. Porque muitos deles, bem como os residentes em Lisboa e Porto, pensam que os habitantes de Trás-os-Montes vivem em barracas de palha, como autênticos índios na pré-história. Há um desconhecimento, tal como na maioria dos ambientalistas. Estes começaram por falar que o Rio Tua era o único rio selvagem do País. Isso é mentira, porque em Mirandela já tem uma barragem, não produz eletricidade, mas há um estancamento da água. Depois foi a linha, fecharam várias linhas sem ser preciso a barragem. Depois foi o Património da Humanidade. Pergunta, se não fossem as barragens o Rio Douro seria hoje Património da Humanidade? Julga que não, pois se não fossem as barragens não haveria barcos e parte do turismo que hoje é feito no Douro não era feito de certeza absoluta. Considera que existem coisas no Douro bem mais preocupantes do que a barragem, por exemplo um bairro de lata que existia, e julga ainda existir, em frente á barragem do Bagaúste, e outras obras de construção, de algum sentido duvidoso, como por exemplo a ponte para a A24, que é um mamarracho que está por cima do Rio Douro. Existem construções mais graves do que a barragem do Tua. Tal como disse alguém, quando são do contra, tem que haver sempre um motivo para votarem contra. Mas como para cá do Marão mandam os que cá estão, apela ao Sr. Presidente da Câmara para serem os residentes a ter uma palavra a dizer em relação á barragem. Sempre defendeu que a barragem tem que ser boa para o País, para a EDP, mas também para o concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

M4  
56  
Figueira

Disse que, não querendo, nem fazendo o trabalho da EDP, por conhecimento que tem parte dos terrenos que foram expropriados até ao momento foram feitos na sua freguesia. Essas expropriações e até escrituras que já foram feitas, aconteceram na junta de freguesia, que dentro das suas limitações, tem prestado apoio quer aos proprietários quer à própria EDP, e às empresas que estão a trabalhar na barragem. Mais disse que não é obrigatório ter os terrenos na conservatória, eles estão a pagar terrenos que não estavam conservados e que não estão no nome dos atuais proprietários. Deu o exemplo de um caso de um terreno que outrora era baldio que pertencia à junta do Castedo. Após os marcos da freguesia, esse terreno passou para a junta de S. Mamede. Mas por unanimidade a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, decidiram que por uma questão de moral o valor desse terreno, cerca de 180€, seria entregue à junta do Castedo. O terreno não estava conservado em nenhum dos nomes, mas desde que a pessoa comprove que o terreno é seu eles estão a pagar sem colocar qualquer objeção. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à estrada Nacional 212 – Chã, disse que obviamente obedece aos mesmos critérios que já tinha referido. Tudo que são investimentos na área do ambiente, irá abrir-se nova candidatura, ao nível do POVT e tudo que for financiamento nessa área poderá ser feito através dessa candidatura. -----

No que respeita à intervenção do Membro Fernando Quintas, desconhecia que era necessário tanto rigor num sorteio dessa natureza, mas sabendo que o prémio foi atribuído ao Vice Presidente da Câmara tinha que ser garantido o máximo rigor e máxima transparência. -----

No que concerne à intervenção do Membro Manuel Vilela será melhor apresentar proposta à mesa, para se poder proceder à votação. -----

Quanto à intervenção da Membro Estela Teixeira, gostaria de reforçar que a Câmara não teve qualquer gasto com a festa de natal, pois como foi dito foi promovido pelo projeto PALMUS, que é um programa de parceria entre Alijó, Murça e Sabrosa, que é uma candidatura a fundos comunitários com essa componente. Considera que os idosos que estão há tanto tempo nos lares, que estão isolados, têm, pelo menos no natal, esse aconchego e carinho. Disse que sempre que seja permitido deveriam fazê-lo, mesmo que seja particularmente ou recorrendo a fundos comunitários.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature*  
87  
*Handwritten signature*

No que diz respeito à presença na festa de natal, fê-lo com muito gosto, bem como o Sr. Vice Presidente. -----

Relativamente ao campeão de enduro, Carlos Teixeira, sugere que seja aprovado em Assembleia um voto de congratulação por unanimidade, relativamente a esse feito e propõe que a Membro Estela Teixeira, presidente da Junta de Cota, formule esse voto e o apresente à mesa, para que o façam chegar junto de Carlos Teixeira. -----

No que respeita á intervenção Membro António Taveira, sobre a fiscalização, está completamente de acordo. Sobre a barragem, gostaria de reforçar tudo o que já foi dito. O Douro é Património Mundial e é atravessado, no mínimo, por três barragens. No Tua porque a barragem abrange 0,01% é posta em causa a classificação. É um argumento pouco sério, falacioso e não será por aí que atingirão os seus fins. Relativamente aos 20 milhões de euros que vão ser investidos no vale do Tua, não é de um momento para o outro, é ao longo do vale e é dentro das tais candidaturas que vão alavancar através das agências. Serão 10 milhões para a mobilidade, isto é, 10 milhões para substituir a linha do Tua, com o funicular, com barquinhos, que acredita trarão mais turistas e os restantes 10 milhões para um parque de natureza e biodiversidade, ou seja, pela primeira vez na construção de barragens, a EDP muda de paradigma e deixa um contributo local e regional, inclusive também na componente ambiental. -----

Relativamente ao apoio que tem que ser dado às pessoas e a pormenores que possam não estar suficientemente desenvolvidos, a Câmara está disponível para dar apoio. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Apresenta a proposta do voto de congratulação, apresentado pela Sr.º Presidente de Junta de Cotas, Estela Teixeira, que se transcreve: -----

-----

my  
Teixeira  
58  
Hugo

voto de congratulação

J. R.  
M.D.

Foi submetida a votação a congratulação a Carlos Teixeira em virtude do seu 1.º lugar no campeonato nacional de Enduro.

Esta congratulação simboliza a homenagem a um filho do larcelho de Alijó, freguesia de Cotas, localidade da Póvoa.

Este jovem pela sua persistência e trabalho tem vindo a destacar-se nesta modalidade tendo conseguido no presente ano o lugar de campeão Nacional de Enduro, sendo por isso merecedor de reconhecimento público

Assembleia Municipal de Alijó

um voto apresentado pela Deputada Stela Teixeira, na qualidade de Presidente da Freguesia de Cotas.

Coloca a votação o *Voto de Congratulação a Carlos Teixeira, Campeão Nacional de Enduro*, sendo aprovado por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Manuel Vilela  
59  
Vilela

Apresenta a proposta a enviar ao IVDP, apresentada pelo Membro Manuel Vilela, que se transcreve: -----

MD |

Sujeitar ao IVDP.

- Regulamentação da Produção dos Vinhos DOC.

Foi submetida a esta Assembleia uma Proposta a fim de ser enviada ao IVDP ~~na mesma perspectiva~~ com o objetivo de ajudar a Região a sair do marasmo em que se encontra.

Deste modo sugerimos que a produção dos Vinhos DOC esteja sujeita a regulamentação utilizada para a elaboração do Vinho Generoso.

Isto numa perspectiva de valorizar as uvas excedentárias do Vinho do Porto que devido à reestruturação da vinha nos últimos 30 ANOS é da mesma qualidade das uvas destinadas à elaboração do Vinho do Porto.

Assembleia Municipal de Alijó

Coloca a votação a proposta a submeter ao IVDP, sendo aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJO

*MC*  
*Fernandes*  
60  
*Fernandes*

Introduz o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de aprovação do Mapa de Pessoal para 2012"*, Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** O esclarecimento prévio que gostaria de prestar é que, como todos sabem de há dois anos a esta parte, o mapa de pessoal passou a ser mais um documento obrigatório a apresentar todos os anos, ou seja este mapa de pessoal não trás nenhuma alteração relativamente ao do ano transato, é apenas uma obrigação. Até porque como todos sabem, estão a diminuir os recursos humanos da Autarquia em 2%, e não poderiam estar a apresentar um mapa que provocasse algum tipo de alteração a esse nível. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Como disse o Sr. Presidente o Mapa de Pessoal tem que ser apresentado todos os anos, mas andou a fazer um levantamento de há 3 anos a esta parte dos funcionários que trabalhavam no exterior, como cantoneiros, trolhas, essa gente que presta esse serviço muito útil às freguesias, e reparou que nesse período de 3 anos já se aposentaram à volta de 25 funcionários, e existem alguns que já meteram os papéis para a aposentação. Considera que, a continuar assim, sem a possibilidade de admitir alguém para suprir essas necessidades ao longo do concelho, torna-se cada vez mais difícil as juntas recorrerem à Câmara para os ajudarem a prestar serviços para os quais as juntas de freguesia não estão vocacionadas, nem economicamente, por exemplo massa asfáltica, ruturas de água, nem com funcionários para isso. Seria de extrema utilidade que logo que se pudessem admitir, através de POC's ou do que for, pessoal para o exterior. É extremamente importante no sentido de poderem continuar a prestimosa colaboração que tem existido entre a Câmara e as juntas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Concorda com o que foi dito pelo Membro António Fernandes, e é essa a estratégia adotada pela Câmara e irão continuar nesse caminho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "Pedido de aprovação do Mapa de Pessoal para 2012"*, sendo aprovado por maioria com 22 votos a favor e 11 abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature: José António Soares*  
67

Introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico do ano de 2012"*, Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que como puderam analisar no relatório dos documentos, verifica-se uma necessidade acrescida de redução e de uns ajustes. Essa redução de verbas que no caso concreto para o ano de 2012 é de menos 1.8 milhão euros relativamente ao ano transato. Portanto o que se tem feito, e a estratégia global é essa, é tudo que seja obra nova tem que se candidatar a fundos comunitários e só deixar uma margem limitada para aquelas obras que são absolutamente inadiáveis, tipo uma catástrofe, uma rutura num saneamento, que está relacionado no fundo com os serviços dos bens essenciais às populações. Essa é a estratégia adotada, aliás nem pode ser outra devido aos tempos com os quais se confrontam. -----

Acrescenta que o mapa de atribuição de subsídios para instituições e associações não consta do orçamento por recomendação do Sr. Inspetor, que entende que a lei das incompatibilidades na atribuição desses subsídios, vai para além do órgão deliberativo, abrange todos os órgãos sociais dessas mesmas instituições. Esse mapa era um esforço de clarificação, de pedagogia e de transparência, para que as pessoas percebessem para onde iam os subsídios dessa rubrica. A verba é aprovada globalmente, e depois quando a atribuição de um subsídio em que exista incompatibilidade por parte de algum membro do Executivo, este ausentar-se-á na votação. Foi a metodologia mais correta para ir de encontro com as recomendações do Sr. Inspetor. Essa é a única razão pela qual o mapa não acompanhou o orçamento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente a este ponto, disse que gostaria mais de falar no conteúdo geral do documento, sobretudo da última parte. Como tem dito, e da parte do seu grupo parlamentar, considera este documento de responsabilidade política do atual executivo do partido socialista, uma vez mais, e na sequência do que têm defendido ao longo dos últimos anos, em que a situação financeira da Autarquia é extremamente preocupante, senão mesmo à beira da rutura financeira, gostaria de salientar, como foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia, que o montante da dívida total da Autarquia rondava os 20 milhões de euros, acham, por isso, que relativamente ao orçamento e às grandes opções do plano para 2012

que, na continuidade do que têm feito, deveria haver uma maior contenção, uma maior diminuição das despesas correntes em detrimento das despesas de investimento. Gostaria também de salientar que, sendo o ano de 2012, um ano muito exigente e preocupante em termos sociais, deveria, neste ponto, a Câmara Municipal ter uma atenção muito especial com esta área, tendo sempre em especial atenção, como referiu atrás, ao aumento e à contenção nas despesas correntes. Por isso, o grupo parlamentar do PSD-CDS vai votar contra as grandes opções do plano e orçamento para 2012. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO TAVEIRA:** Provavelmente o Sr. Presidente já teria respondido, mas como estava distraído questiona o porquê de o mapa de subsídios para entidades não se encontrar no orçamento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Membro António Taveira disse que existe uma verba global que depois será atribuída associação a associação. Informa que o Sr. Inspetor, no trabalho que realizou na Autarquia entendeu que a atribuição dos subsídios deveria ser feita numa reunião, fora da aprovação do orçamento. Assim o orçamento é aprovado com a verba global, e numa reunião de câmara posterior à aprovação do orçamento, os subsídios serão atribuídos, e quem esteja em incompatibilidade, como o próprio, pois é Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Alijó e Presidente da Assembleia Geral do Atlético Clube Alijoense, ausenta-se dessa reunião e não vota. Disse que o entendimento sempre foi que não pertencendo à direção das referidas associações, não haveria conflito, mas o Sr. Inspetor acha que, não obstante isso, o processo assim torna-se mais rigoroso e mais transparente. No que respeita à intervenção do Membro Pedro Pimentel, disse que gostaria de reforçar o que de facto disse na última sessão da Assembleia sobre a dívida da Câmara. Como todos sabem a partir da aprovação da última Lei das Finanças Locais, o conceito de dívida foi alterado, e daí esta situação nova com a qual se estão a confrontar. A dívida que tinha sido feita por outros executivos, noutros mandatos não contava para os limites da dívida nem tinha que ficar expresso neste documento, ou podia estar expresso mas não contava para os limites da dívida. Agora conta. Disse que se verificarem no documento, da dívida da responsabilidade direta do presente executivo constam apenas três empréstimos. Para terem noção, ainda estão a pagar empréstimos dos bairros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature and date:*  
63

sociais de Alijó, de Favaios, de Sanfins, do Pinhão, de Santa Eugénia. Faz parte integrante da dívida um conjunto de obras que vem do tempo do Dr. Aníbal Ferreira, do Dr. Cerca e obviamente, do seu tempo. Mas, a dívida real feita pelo presente executivo, de encargos assumidos, faturados e ainda não pagos, são os cerca de 7 milhões. O resto é serviço de dívida, isto é, não é dívida a fornecedores e empreiteiros, é serviço de dívida aos bancos, que a partir de agora também conta para os limites da dívida. Reafirma que, se não fosse a alteração à Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal de Alijó tinha 60% de folga de capacidade de endividamento, só tinha utilizado 40% daquilo que a antiga lei permitia. -----

No que concerne à questão das despesas correntes vs despesas de capital, disse que nas despesas correntes, que são da sua responsabilidade, não podem cortar mais. Disse ainda que as mesmas estão a aumentar, são essas as despesas com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, despesas de resíduos sólidos, despesas de recolha de lixo, são no fundo as despesas do ambiente, na área da energia e na área da educação, transporte dos alunos, refeições escolares. Se a Administração Central pagasse os 90 milhões de euros que deve às Autarquias, obviamente a despesa corrente já não atingiria o absurdo que atinge. O valor que devem à Autarquia ascende a 3 milhões de euros, mais os cerca de 2 milhões que retiraram, são cerca de menos 5 milhões. Dizem, e muito bem, que estão a asficiar as Autarquias do interior, não tenham a menor dúvida. No litoral, 10 % não representa nada, porque as grandes receitas deles provêm dos impostos diretos ou indiretos ligados à urbanização. Alijó depende de cerca de 80 % das transferências o orçamento geral do estado, essa é a realidade. -----

Disse que era importante diminuir as despesas correntes vs despesas de capital, ou seja devia investir-se mais nas despesas de capital e ter menos despesas correntes, concorda com isso, mas isso não pode ser feito, pois se levado às últimas consequências teria de se deixar de fazer investimentos na área social. As despesas na área social, na educação, na saúde, no ambiente são despesas correntes. Não há investimento, não são obras novas, é para pagar serviços. O território do interior está num beco sem saída, principalmente enquanto não for alterada a Lei das Finanças Locais. -----

Disse que não é o orçamento que todos gostariam, ou que o próprio gostaria de apresentar, mas nas circunstâncias atuais, é o possível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature: mg Santos Marques*

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano), para o exercício económico do ano de 2012”*, sendo aprovado por maioria com 24 votos a favor, 9 votos contra e 1 abstenção. -----

-----  
Introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”*, Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** O que disse a propósito do ponto anterior vem espelhado neste documento. A fim de não se repetir sugere que caso algum membro tenha dúvidas que as coloque. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** A fim de esclarecer qual a base deste documento e para que serve, disse que o saneamento financeiro tem como objetivo básico ajustar as finanças de qualquer empresa ou autarquia, para salva-la de colapso e permitir um funcionamento normal e, entre outras coisas, a implementação de um programa de saneamento financeiro começa com a identificação das causas do desequilíbrio financeiro dessa própria empresa ou autarquia. Segundo pode ser concluído através deste plano, como têm dito ao longo dos vários planos que têm sido apresentados na Assembleia Municipal, é que o saneamento financeiro da Câmara Municipal de Alijó foi e está a ser um autêntico insucesso ou mesmo fiasco por assim dizer, já que o plano de saneamento financeiro através do pagamento de dívidas a fornecedores por utilização do financiamento bancário, visa a recuperação de sustentabilidade financeira do Município. O que se verificou é que, com este plano de saneamento financeiro não houve uma consolidação do passivo a curto prazo, que como se pode verificar, continua completamente descontrolado, assim como continuam por corrigir os graves desequilíbrios financeiros que estrangulam o Município de Alijó, como têm vindo a dizer nos últimos anos, o que os leva a concluir que está a falhar praticamente em todas as metas nela apontadas neste plano financeiro da Câmara Municipal de Alijó. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que ouviu perfeitamente o que o Membro Pedro Pimentel disse e só não disse uma coisa, que a bancada votaria contra. É a sua posição





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature: Miguel Santos Marques*

assumida por eles na democracia e a bancada socialista aceita-a. Disse ainda que a bancada do partido socialista vê as coisas de forma mais abrangente, mais colaborante, mais convictos na defesa dos interesses do concelho de Alijó. É isso que os move. Não há desculpas estafadas, há sim realidades bem presentes. Mais disse que seria fácil ir de encontro ao que disse o Membro Pedro Pimentel se se estivesse noutra situação económica, mas também não têm bons exemplos do Governo Central. Mas sobre isso, não ouve nada. Aliás há pouco tempo apresentou uma moção sobre as portagens na A24 e os Srs. Membros abstiveram-se, e porquê se isso ia no sentido de defesa do concelho e também dos próprios. Acrescentou que seria melhor, pois seria, se fosse outro partido a fazer o plano, pois seria de outra maneira. Mas é isto que têm e é com isto que têm que trabalhar, e se não há outra forma, como disse, continua a respeitar a posição tomada, que é estafada, pois quando se trata de alguma coisa a discutir a resolução é sempre contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Chama a atenção para os próprios esclarecimentos prestados na reunião de câmara através de declaração do voto, basicamente o 1.º e 2.º parágrafo, pois como aí refere não podem analisar o Plano Saneamento Financeiro descontextualizado dos pressupostos em que o mesmo assenta. Esse pressuposto, como já tinha referido, é a alteração à Lei das Finanças Locais sem um período de adaptação por parte dos Municípios. Dá um exemplo, para todos perceberem bem a matéria. A maior parte dos portugueses que comprou casa e não tinha dinheiro, recorreu ao crédito, ora acordaram em pagar o empréstimo em 20 ou 30 anos. Entretanto a entidade financeira diz que em vez de pagar nos 30 anos inicialmente acordados, têm que pagar em 15 anos. Resultado: ou se vende a casa ou se entrega ao banco, porque não há capacidade para honrar esse compromisso e foi isso que sucedeu às Câmaras. Como referiu na declaração de voto, não é possível planear o que quer que seja se andarem sempre a alterar as balizas. A Lei das Finanças Locais, nos últimos 5 anos, e está à vontade para falar, porque quem fez primeiro essa asneira foi um governo socialista, e desde logo criticou, foi alterada 3 vezes. E de cada vez que é alterada não é para melhor, é para pior. A folga não aumenta, aperta. -----  
Refere que, como disse no 2.º parágrafo, a análise do plano de saneamento financeiro, se quiserem ser justos e corretos, tem que ser feita com base naquilo que a Câmara podia fazer, sem depender de outros fatores extremos, que foi aumentar as receitas e diminuir as despesas. Mas como é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

possível diminuir a despesa se a rubrica de fornecimentos e serviços externos, isto é as despesas na área do ambiente, da educação e da energia, em vez de acompanharem a inflação prevista ou real, aumentaram cerca de 15,87% só em dois anos. O esforço feito noutras rubricas foi desde logo ultrapassado com este aumento na rubrica fornecimentos e outros serviços externos. Disse que se os pressupostos com que lançaram o plano de saneamento financeiro se mantivessem e não andassem sempre as alterar as regras, não afirma que tivessem o problema resolvido, mas de certeza que a dificuldade não seria tanto como a atual. Acrescentou que sem uma alteração profunda à Lei das Finanças Locais, não há saneamento financeiro, não há engenharia financeira que salve o interior do País. Disse ainda que, apesar de ser polémico, às vezes pensa que os centralistas dos diferentes governos não têm andado a gerir o País desde o 25 de Abril. Porque o único poder que se tem apostado ao centralismo do País, é o poder municipal. Parece que com estas medidas, querem obrigar à extinção e à fusão dos Municípios, pela sua asfixia. Como não têm coragem para extinguir e fundir Municípios, porque isso criava uma revolução, então diminuíram os recursos financeiros e os recursos próprios a atribuir às freguesias para que haja uma implosão das mesmas. Depois é um ciclo vicioso, no interior não há pessoas, não recebem recursos e sem recursos não há pessoas. Por isso nos últimos CENSUS registaram um decréscimo de 10% na nossa população. Mesmo com o Douro Património Mundial, mesmo com os milhões investidos na região em termos de fundos comunitários, a região continua a despovoar-se, a envelhecer a sofrer uma sangria demográfica terrível. Disse ainda que isto não ocorre só em Alijó, ocorre em toda a região. Aliás no distrito de Vila Real, o único Município que cresceu um pouco, cerca de 2%, foi o Município de Vila Real, devido à universidade. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos "Pedido de Apreciação do Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro"*, sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção. -----

-----  
Introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Proposta apresentada por um membro da Assembleia Municipal do Grupo PSD/CDS para a criação de um grupo de trabalho a fim de debater a Reforma da Administração Local, no concelho de Alijó"*. Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO FÁTIMA BARROS:** Disse que está em total desacordo com a proposta e gostaria de explicar porquê. A proposta pede que todos façam a criação de um grupo de trabalho para ajudar a melhorar o dito documento verde. Disse não estar disposta á criação desse grupo de trabalho porque quando foi candidata à sua junta de freguesia, mostrou o seu programa para 4 anos à população, e nessa altura não constava do programa a reforma administrativa. Esse assunto não estava em discussão e julga ser grave, que neste momento, sendo presidentes de junta, tendo sido eleitos com legitimidade, com projeto e programa, que as pessoas no fundo escolheram, anularem uma freguesia e associarem-se a outra. Considera que não têm direito nem legitimidade para dizer o que quer que seja sobre esse documento. No entanto ele existe, e debruçaram-se sobre o assunto e a sua opinião é que o mesmo não serve a população rural. O Instituto Nacional de Estatística disse que o concelho de Alijó tinha freguesias urbanas, acha curioso como os conceitos se misturam e não consegue mostrar á população que representa que, estando num meio rural, têm freguesias urbanas. Afirmo que, na sua opinião, os presidentes de junta não têm legitimidade para se debruçar sobre esse documento. Disse que o documento verde não serve o pequeno mundo rural. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Esclarece que a proposta não se trata de ser a favor ou contra o documento verde. A proposta trata sim de criar um grupo de trabalho para debater a reforma que foi apresentada pelo governo. A questão é tão-somente essa. Tudo que foi promovido pelo governo não está incluído na proposta, o objetivo da mesma era procurar uma discussão em que todos pudessem participar, conseguindo assim antecipar consensos em prol das populações e de forma a que esta reforma pudesse concretizar uma reorganização territorial, o menos prejudicial para as respetivas populações, encontrando as soluções mais consensuais para todas as freguesias, no âmbito da reforma e das regras que lhe foram aplicadas. Disse que esta foi uma solução encontrada em muitos Municípios para que os grupos de trabalho pudessem ajudar a concretizar esta reforma sem quaisquer tipos de questões partidárias à mistura. Disse ainda ser da responsabilidade de todos promover o debate dos assuntos que são de maior interesse para as populações e os seus anseios. É certo que neste momento existem negociações entre os partidos do governo e o partido socialista ao respetivo documento, no entanto tais negociações não se verificaram na altura em que apresentou a proposta. Considerando essa alteração, decidiram manter a proposta, aliás os grupos já formados não deixaram de estar em funcionamento com essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

última perspetiva de alteração ao documento verde. Gostaria de apelar ao debate agora, ou no futuro, nesta como noutras questões de supremo interesse para o Município e para os munícipes. –

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que quando estão de acordo, é tudo uma maravilha, aí não há problema nenhum, agora quando não se concorda com determinadas medidas, basta ver o que prolifera pelas freguesias. Já foram lidas duas tomadas de posição de duas juntas de freguesia, mas existem mais, Sanfins do Douro, Vila Chã, Santa Eugénia e outras que ainda virão. Disse que consideram que o pensar das populações não é que lhes tirem nada. Já tiraram as escolas, os centros de saúde e agora ainda se lhes vai tirar a única representação do governo. Apresenta a tomada de posição do grupo da bancada do partido socialista, que se transcreve: -----

#### TOMADA DE POSIÇÃO DO GRUPO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

Considerando ser «particularmente perigoso» o facto de o Estado pensar em redefinir territórios e extinguir freguesias «em época de vacas magras», tememos que a «pressão da guilhotina do dinheiro» possa levar «a olhar para a realidade apenas pela perspetiva contabilística e curta das contas», sem ter na devida conta, o serviço que é prestado por estes organismos mais próximos dos cidadãos, que por conhecerem bem as necessidades de quem servem, conseguem fazer mais e melhor com menos dinheiro.

Temos de pensar antes de cortar em coisas que, um dia, podemos vir a arrepender-nos, amargamente. Aproveitamos a presença dos membros desta Assembleia e dos Srs. presidentes de junta de freguesia, para dizer que não aceitaremos a extinção, ou mesmo a fusão de freguesias com centenas de anos de história, e uma relação de proximidade, entre quem governa e quem é governado, que não podemos dispensar. Os governantes devem pensar se a extinção de uma freguesia não comprometerá os interesses da população que esta representa e serve, nomeadamente do ponto de vista económico e até político.

Alertamos ainda para o facto das juntas de freguesia serem «uma grande escola de cidadania espalhada pelo território nacional, única a nível mundial. Se acabarmos com muitas freguesias, acabamos com esta escola a quem o país muito deve. É este o pensamento, da maioria dos presidentes de junta do nosso concelho, que, se têm recusado a aceitar uma extinção «engendrada no Terreiro do Paço e desenhada de forma cega, por compasso, régua e esquadro, sem ter em consideração o território, as suas assimetrias, as populações e os autarcas. «A eventual reorganização do mapa político-administrativo do país não poderá decorrer por imposição, ou seja, por decreto».

Esta é a tomada de posição do P.S. na defesa dos interesses do Concelho de Alijó, e em Solidariedade com as freguesias afetadas com as medidas do Livro Verde da Reforma Administrativa das Autarquias Locais.

Por último, nós socialistas, recusamos pertencer a qualquer comissão liquidatária das freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*Handwritten signature: José Augusto*

-----**MEMBRO PEDRO PERRY:** Informa que o executivo da Junta de Freguesia do Pinhão, com posterior concordância unânime da sua Assembleia, no dia 13 de outubro de 2011, logo após a saída do documento verde tomou a seguinte decisão: -----

*“ Após análise pormenorizada do Documento Verde, referente à Reforma Administrativa da Administração Local proposto pelo atual governo, e considerando o resultado da aplicação dos critérios nele contidos, em particular resulta como consequência para a Freguesia do Pinhão, tornando a mesma numa das que se sujeitam a uma possível agregação, considera este executivo que:*

*1) O Documento Verde assenta em critérios simplistas que penalizam gravemente as freguesias do interior (sendo o principal a densidade populacional), não tendo em conta as valências e serviços que estas prestam às populações, sendo estes a garantia do escasso serviço público que minimizam o desequilíbrio social existente entre o interior e o litoral;*

*2) Não é ponderada a identidade, a especificidade ou as valências das freguesias, não se refletindo no resultado final a importância estratégica que poderão ter a sua população, populações circundantes ou mesmo ou mesmo a nível regional, como é o caso da Freguesia do Pinhão que localizada na união de dois Distritos (Viseu e Vila Real) e entre três Concelhos (Alijó, Sabrosa e S. João da Pesqueira), concentrando as valências de Centro de Saúde, Farmácia, Posto dos C.T.T., Posto da G.N.R., Estabelecimento de ensino básico (até ao terceiro ciclo), Estação dos Caminhos de Ferro, Cais Fluvial, Centro de Dia com apoio domiciliário, duas unidades Bancárias, Várias unidades Hoteleiras, Posto de Abastecimento de combustível, lhe imprime uma responsabilidade para além da sua limitação geográfica ou demográfica;*

*3) A distância considerada entre as freguesias e a sua sede são calculadas através de medições feitas no mapa, com régua e esquadro, em tendo em linha de conta a real distância que as populações efetivamente percorrem, adulterando por completo uma análise justa que, neste caso, representa uma diferença de mais seis quilómetros.*

*Por tudo quanto atrás se disse, este executivo expressa total discordância do princípio do documento em análise discordando com as consequências que daí possam advir. Mais delibera*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*solicitar parecer da Assembleia de Freguesia para tomada de posição conjunta junto dos organismos convenientes para o efeito.”*-----

Reafirma que esta tomada de posição foi votada por unanimidade em Assembleia de freguesia. Como Membro Municipal mostra-se contra essa comissão, porque julga que esse documento não merece ser discutido. Esse documento tem que amadurecer bastante e depois sim, com a sabedoria do conhecimento no terreno, ser debatido pelas freguesias. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** A seu pedido, dá a palavra ao Sr. Vereador Miguel Rodrigues.

-----**VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Disse que o pedido do uso da palavra surge apenas na medida em que esta proposta não foi objeto de discussão em reunião de Câmara e a referência ao executivo também foi feita nessa mesma proposta e, portanto, a opinião dos vereadores da oposição relativamente a esse ponto, ponto no qual não estão a debater os méritos ou deméritos do documento verde, estão apenas a debater a necessidade ou não de debater o documento verde, é que entendem que a reforma administrativa que está em curso, que foi iniciada pelo governo não é inevitável, ou seja, os pressupostos com base nos quais ela foi iniciada podem ainda ser alterados e se for esse o caso, de facto é conveniente, por uma questão de cautela e por prudência que o Município fique quieto e expectante aguardando prever os futuros desenvolvimentos, ou então se entende que esta reforma, tal como foi iniciada, e com base nos respetivos pressupostos que constem do tal celebre documento verde, é inevitável, até em função da determinação do governo já manifestada nesta matéria e sendo inevitável, se se entender que é inevitável, das duas uma, ou essa reforma implementada com a intervenção dos autarcas ou sem intervenção dos autarcas. Entendem que a ser inevitável a reforma com base nos pressupostos que constam no documento verde, isto só nessa base, é melhor que seja com o envolvimento dos autarcas. Isto porque, como ainda foi dito pelo Sr. Presidente na presente Assembleia, no decurso desses trabalhos, estão inteiramente de acordo, uma reforma dessas deve ser feita de baixo para cima e não ser imposta de cima para baixo, ou seja, do emanar da vontade própria das populações locais, que têm obrigação de representar, e os autarcas não podem demitir-se de debater esse tema, que é importante. O reconhecimento da imensa relevância da matéria, que é de facto uma reforma que mexe com os alicerces do próprio concelho, tem um impacto profundo no concelho, na medida em que vai mudar o mapa administrativo do concelho de Alijó e de outros. A Membro Fátima Barros, Presidente da Junta de Santa Eugénia disse que o documento não serve, se não serve compete aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

autarcas debatê-lo e apresentar propostas concretas que visem melhorar o mesmo. Agora os autarcas demitirem o debate levará apenas a que alguém, num gabinete em Lisboa, a régua e esquadro, tome uma decisão que irá afetar o futuro do concelho. E essa é a questão. Os autarcas deveriam debater esse ponto, porque são os autarcas que conhecem a realidade local, bem como os membros dos órgãos autárquicos da Câmara, da Assembleia Municipal, das juntas de freguesia, das assembleias de freguesia. Uns de uma maneira e outros de outra mas são os autarcas que conhecem a realidade local, que conhecem a sensibilidade dessa realidade e que têm a obrigação de transmitir essa realidade nas suas várias vertentes, a quem tem a decisão final nesse processo, os tais centralistas de que falava o Sr. Presidente da Câmara há pouco. Disse ainda que é do entendimento dos vereadores da oposição que, nessa reforma que está em curso e que é inevitável com esses pressupostos, os autarcas têm a obrigação de debater esse tema. -----

Mais disse que há duas notas que gostaria de frisar, a primeira era a necessidade absoluta de despartidarizar o debate, os cálculos político-partidários imediatos são incompatíveis com os interesses das populações na questão. A segunda nota é, conseqüentemente, tirar o máximo de consenso possível, porque com isso ganham as populações. Haver consenso entre os vários eleitos provenientes das várias forças político-partidárias. É fundamental analisar a realidade local, analisar os pressupostos da reforma e elaborar propostas concretas que satisfaçam os interesses das populações. O seu receio é que com a negação desse debate, alguém em Lisboa tome uma decisão arbitrária e que depois seja altamente penalizadora para o concelho. -----

Disse que a posição dos vereadores da oposição e que expressa, e que já expressaram no âmbito do próprio executivo camarário, é de completa disponibilidade para o debate, para dar um contributo positivo, sendo sempre parte da solução e nunca parte do problema. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que há pouco apenas tinha referenciado dois ou três aspetos da sua posição em particular, sobre a matéria, mas gostaria de acrescentar mais alguns. A sua questão de princípio sobre essa reforma, já a transmitiu em vários locais, inclusive tentou transmiti-la no programa televisivo “Prós e Contras”, mas não lhe deram a palavra, já a transmitiu ao executivo municipal e vai transmiti-la na Assembleia, sem qualquer preocupação de partidarização e concorda que se deve despartidarizar essa matéria, mas ao mesmo tempo, sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

MC  
António  
Taveira<sup>72</sup>

qualquer ingenuidade, porque de facto é uma matéria perigosa, sobretudo para o mundo rural. Em qualquer local onde este assunto esteja a ser debatido exprime a sua posição de princípio. Essa reforma não pode ser imposta por decreto de cima para baixo, tem que ser uma reforma querida pelas populações. Já houve algumas que mostraram essa intenção e tem tido um enorme sucesso, sem imposições e sem *timing* algum. As pessoas consensualizaram de boa fé, foram ouvidas as populações e avançaram, sem ameaças, sem a troika, sem coisa alguma para além do diálogo, colocar os interesses das populações acima de tudo. Isso ocorreu no litoral porque nos grandes aglomerados urbanos existem juntas separadas por uma rua. Existem inclusive prédios, em que metade pertence a uma junta e outra metade a outra junta. É uma absoluta estupidez, irracionalidade e ineficácia, e portanto não foi por acaso que essa reforma começou em Lisboa, que tomou relativamente a esta matéria uma posição racional que todo o país compreendeu. Mas quando a questão são os conceitos de urbano e rural não existe consenso. O concelho de Alijó, e a esmagadora maioria do interior do país é rural, não é urbano, mas há algum conceito estapafúrdio, filosófico, social, político, administrativo, ou o que seja, que possa dizer que o concelho de Alijó é urbano? O concelho de Alijó é rural, porque a sua atividade principal e prioritária é a agricultura, 80% ou mais depende direta ou indiretamente da agricultura e portanto todo o resto só existe, porque existe a agricultura. Mas Lisboa é exatamente ao contrário, são 90% ou mais urbanos. Agora têm lá umas hortas, que são para dizerem que têm alguma coisa rural. Disse que, em hipótese alguma, poderiam considerar o concelho de Alijó urbano. Como referiu o Membro António Taveira, e muito bem, as mentes brilhantes por detrás desse documento nunca vieram ao mundo interior, profundo do país e nem o conhecem e puseram-se a classificar com base nas estatísticas no INE, as juntas dentro de cada concelho entre urbanas e rurais. E foi essa perversão que fez com que no primeiro momento, a segunda junta mais populosa do concelho, a junta de Sanfins do Douro, desaparecesse, sendo uma das juntas a extinguir. Considera que o documento tal qual foi apresentado é uma autêntica aberração técnica. Disse que do ponto de vista político, do ponto de vista da reorganização administrativa do território e do serviço às populações, o documento não serve, porque desde logo confunde o conceito básico de urbano e rural. Terá que existir essa alteração, e sabe que está a ser renegociada a nível central entre o PSD e o PS. Disse que não têm que se precipitar, antes pelo contrário, têm que aguardar calma e serenamente o que vai resultar dessas negociações, que espera irem de encontro ao que defende. O Município de





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

*mg*  
*73*  
*Albuquerque*

Alijó é todo ele rural, portanto não haveria lugar a extinções, a não ser que as populações assim o quisessem, mas para isso não seria necessário grupo de trabalho, bastaria ter a abertura e a inteligência tática de ouvir as pessoas. Deixa expresso o sentimento e compromisso, perante os Srs. Vereadores e Membros da Assembleia, que no dia em que uma situação de extinção de juntas fosse imposta, proporia que todos, de forma clara e sem qualquer demagogia, se impusessem, como já foi feito noutros concelhos. Reafirma que a proposta não serve as freguesias do concelho de Alijó e considera não ser necessário qualquer grupo de trabalho, com todo o respeito por quem apresentou a proposta. -----

Como já referiu esse documento está a negociado entre o PSD e o PS, pois como é obvio, o PSD não está disposto a assumir sozinho um documento dessa envergadura, quer o apoio do maior partido da oposição e portanto vai ter que ceder, porque essa reforma é um pacote legislativo, e o Membro Pedro Pimentel sabe-o, até porque está na Assembleia da República, que engloba também a nova Lei Eleitoral, que engloba também a questão das empresas locais bem como um conjunto de outras matérias. A sua experiência política diz-lhe que o governo, numa altura em que o país se encontra “espremido até ao tutano”, não se irá meter numa guerra com o território, sem o apoio do maior partido político da oposição. O documento, ainda sem acordo, já evoluiu, ou seja já lhe detetaram uma série de erros, já viram que é uma catástrofe técnica e política. A que propósito é que vão discutir algo que é ainda uma inexistência, criar um grupo de trabalho para discutir algo que não existe? Considera que tenham bom senso, calma e serenidade, porque quando chegar a hora não faltará tempo para se pronunciarem. E aí quer ver a coragem daqueles que defendem efetivamente os interesses das populações, quem estará de facto disponível para despartidarizar a discussão e defender o que é bom para o concelho de Alijó. Se o governo aceitasse a noção que tem de urbano e rural, essa posição já não se colocava, uma vez que todo o concelho de Alijó é rural e só as freguesias que quisessem e assim o entendessem se fundiam. -----

Relativamente à proposta questiona o porquê de, a proposta estar relacionada com as juntas de freguesia, e não se propor a presença de nenhum presidente de junta nesse grupo de trabalho. Disse ainda que na proposta está mencionado que seriam escolhidos 2 representantes de cada grupo partidário da Assembleia, ou seja do PS, PSD e do CDS, o que faria com que o PS, em maioria, com essa simples lógica de engenharia matemática, ficasse em minoria. Ou então o próprio é que anda confuso, porque primeiro os partidos estavam juntos, depois separaram-se e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

estão outra vez juntos. Afirma que gosta de ser esclarecido. -----

Disse estar satisfeitiíssimo com as reflexões que até agora chegaram dos Srs. Presidentes de junta sobre a matéria, e não foi precisa a criação de um grupo de trabalho para dizerem o que pensam, pois sentiram na pele a ameaça. -----

Não considera a reforma inevitável, mas considera estarem num momento de negociação entre os dois maiores partidos. Julga que devem esperar o resultado dessa negociação, e quando se souber esse resultado, devem unir-se, numa lógica de despartidarização em defesa das populações e defende que não haja nenhuma freguesia do concelho de Alijó a ser extinta. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre novo Período de Inscrições tendo se inscrito os seguintes  
Membros: -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Gostaria de fazer um esclarecimento relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre os presidentes de junta. Era seu entendimento na altura em que elaborou a proposta, e aliás não a elaborou exatamente à toa, baseou-se noutros grupos de trabalho já existentes, para ser claro não foi o mesmo que a elaborou de todo, baseou-se noutros grupos de trabalho já existentes, pareceu-lhe ser a mais correta. E a justificação do facto de os presidentes de junta não estarem na mesma é muito simples, ou estavam todos ou não estava nenhum. Porque aquelas que estivessem poderiam eventualmente ter uma posição, mesmo que inconsciente, em defesa da sua freguesia, o que seria perfeitamente natural. A justificação é tão só essa. Portanto estariam os elementos da Assembleia, para além dos restantes que estão mencionados que teriam o cuidado, naturalmente, de falar com todos os presidentes de junta e todas as assembleias de freguesia. A justificação é só essa. -----

-----**MEMBRO MIGUEL CARTAGENO:** Pede desculpa ao colega de bancada, mas o próprio vai votar contra o documento, porque discorda de vários pontos. Em primeiro em aquilo ir para a frente era competência da Assembleia, excluía por completo todo o executivo camarário e de forma alguma excluiria os presidentes de junta, visto que estão em maioria e são as pessoas que estão diretamente relacionadas com os extremos, com a sensibilidade das populações. Disse que o documento verde vai ser uma realidade e há que discutir as realidades, mas da forma como está escrita a proposta não assina, por isso vai votar contra. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Disse que pensava que a sua posição tinha ficado bem clara, mas pronto também aceitam a clareza dos outros. Disse ainda que esteve presente no

programa “Prós e Contras”, ou melhor nos “Prós e Prós”, porque só se ouviu uma parte. Até aquela pessoa que o próprio admira, o Sr. Fernando Ruas, presidente da Câmara de Viseu, estava constrangido, tendo inclusive recusado a palavra depois quando a Fátima Ferreira lha quis dar, isto para justificar o que o próprio diz. Mais disse que reparou que, já que se fala de política, só falam pessoas conotadas ao PSD, só houve um, que não sabe se é PSD ou não, que é o presidente da ANAFRE, e mesmo assim não lhe deram muita palavra. Até o próprio poderia ter pedido a palavra e de certeza que ainda agora estaria lá de braço levantado, que não o veriam. -----  
Gostaria de ler o 3.º parágrafo da proposta, porque o Sr. Presidente foi desmentido que não era assim, e desejaria que se entendessem: -----

**Este Grupo de Trabalho seria composto pelos seguintes elementos:**

**Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, um Vereador do Executivo Permanente, um Vereador da Oposição, e dois dos membros eleitos directamente de cada grupo presente na Assembleia Municipal.**

Ora, assim o PS teria dois representantes e o PSD-CDS ficaria com quatro. Sinceramente também não sabe quando estão juntos e quando estão separados, pede desculpa pela preocupação. Depois ouviu dizer ali que nem seriam os srs. Vereadores, nem o sr. Presidente da Câmara, nem o Sr. Presidente da Assembleia, nem os srs. Presidentes de junta, foi uma opinião, ninguém deveria pertencer a essa comissão. Por essa lógica teriam que ir à Espanha buscar alguém para fazer essa comissão. O cerne da questão é que começaram tudo ao contrário, queriam fazer como Lisboa, porque lá fez-se ao contrário do que fez agora este governo. Porque primeiro dialogaram com as populações, com as freguesias, não estiveram com o machado no ar a dizer “ou aceitam ou são extintas” e tudo se resolveu. Disse que o projeto nasceu torto, já fizeram marcha atrás e marcha ao lado, só falta dançar o tango. Mais disse que nunca rejeitarão as suas responsabilidades, estarão sempre presentes para debater os interesses, os assuntos do interesse das populações. Quando aparecer alguma coisa palpável que se possa discutir, estarão presentes. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* “Proposta apresentada por um membro da Assembleia Municipal do Grupo PSD/CDS para a criação de um grupo de trabalho a fim de debater a Reforma da Administração Local, no concelho de Alijó”, sendo rejeitado por maioria com 3 votos a favor, 27 votos contra e 3 abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

76

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que gostaria de aproveitar para desejar um bom ano e uma boa passagem de ano a todos e ao mesmo tempo informar que tiveram no natal um grande concerto no Teatro Auditório Municipal de Alijó, da Banda de Música de São Mamede de Ribatua e irão ter também na passagem de ano outro grande concerto da Banda de Música de Carlão, que é uma forma de mostrarem a todos o trabalho das nossas bandas e convidava todos os que pudessem, na passagem de ano, a assistir a esse concerto. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Dá por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A Mesa

Stenunel gouveia de Costa  
Maria Filomena Cunha Santos Nogueira  
Glomara Paqueta Gonçalves Marques -